

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

BENEDITO ROMUALDO DE MIRANDA

**SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE CAMPINAS: em face
da reestruturação produtiva e a terceirização**

**FRANCA
2012**

BENEDITO ROMUALDO DE MIRANDA

**SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE CAMPINAS: em face
da reestruturação produtiva e a terceirização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa Serviço Social: Mundo do trabalho.

Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas

**FRANCA
2012**

BENEDITO ROMUALDO DE MIRANDA

**SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE CAMPINAS: em face
da reestruturação produtiva e a terceirização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa Serviço Social: Mundo do trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Professor titular. José Walter Canôas - UNESP

1º Examinador (a): _____
Professora Dra. Nanci Soares - UNESP

2º Examinador (a): _____
Professora Dra Marta Regina Farinelli - UFU

Franca, 13 de março de 2012.

Não só do perfume vivem as flores.

Benedito Romualdo de Miranda

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, aos meus pais Geraldo Pereira de Miranda e Ana Salviana de Miranda, pela família que tenho e o amor e carinho que nos educaram, foram os seus ensinamentos, que me possibilitaram dar sequência na minha vida familiar, profissional e acadêmica. A Nossa Senhora pelas tantas vezes quando em dificuldade o invoque a sua proteção e intercessão, as minhas irmãs Ana Maria de Miranda e Margarida Das Graças de Miranda pelo apoio e incentivos que me deram nas horas difíceis,

Ao Professor Livre-docente. José Walter Canôas, pela confiança, dedicação e apoio.

À Professora Dra. Cilene Swain Canôas

À Professora Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

Ao Professor Dr. Ubaldo da Silveira

Ao Professor Dr. Dimas dos Reis Ribeiro

Aos Professores do Departamento de Pós.

Aos amigos e amigas que conquistei neste período; Marcio Alexandre Ravagnani Pinto, Lívia Marinho, Leonildo Aparecido dos Reis Machado, Matheus Beordo, Maria Juliana, Luciane França e também aos que neste momento não me lembro, aos funcionários da UNESP, Conceição, Laice, Sebastião, Renata do Departamento de Serviço Social, Mauro, Bonfim, Antonio Marcos e Alan, aos da biblioteca em especial a Laura.

MIRANDA, Benedito Romualdo de. **Sindicato dos Eletricitários de Campinas: em face da reestruturação produtiva e a terceirização.** 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as transformações proporcionadas pelo processo de globalização da economia a mando do capital, para atender o seu círculo acumulativo no período de 1990 a 2007. Por entender, que a globalização é uma idealização para suprimir as barreiras de liberação e desfronterização da economia a mando do capital, onde ele pode instalar fixar e explorar tudo como bem quiser. Que a partir dos anos 90, essa prática se intensifica no Brasil com a introdução de mudanças no processo de produção, tais como: A reestruturação produtiva e terceirização que combina um processo de enxugamento dos custos com a flexibilização das condições e relações de trabalho associado à quantidade e qualidade com menor custo. As questões do mundo do trabalho na atualidade, esta inserida em uma complexa relação introduzida pelo modo de produção acumulativa do sistema capitalista.

Palavras-chave: globalização. reestruturação. sindicatos. terceirização. trabalho. luta dos trabalhadores.

MIRANDA, Benedito Romualdo de. **Sindicato dos Eletricitários de Campinas: em face da reestruturação produtiva e a terceirização.** 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

ABSTRACT

This study aims to analyze the changes offered by the globalization of the economy at the behest of capital, to meet your circle cumulative over the period 1990 to 2007. By understanding that globalization is an idealization to remove barriers to free and desfronterização the economy at the behest of the capital, where he can install to fix everything and explore as you please. That from 90 years, this practice intensifies in Brazil with the introduction of changes in the production process, such as the restructuring of production and sourcing that combines a process of streamlining costs with the flexibility of working conditions and relationships associated with quantity and quality at lower cost. The issues in the workplace today is embedded in a complex relationship introduced by way of cumulative production of the capitalist system.

Keywords: globalization. restructuring. unions. outsourcing. labor. workers's struggle.

LISTA DE SIGLAS

AMFORD	Americam & Foreign Power
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CIESP	Centro das Indústria do Estado de São Paulo
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CUT	Central única dos trabalhadores
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
EUA	Estados Unidos da América
Funcesp	Fundação CESP
FMI	Fundo Monetário Internacional
IRS	Instituto Roberto Simonsen
NR	Normas Regulamentadoras
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Petros	Fundo de previdência complementar de aposentadoria dos
Sabesp	Fundação Sabesp de Seguridade Social
Senac	Serviço nacional de aprendizagem comercial
Senai	Serviço nacional de aprendizagem industrial Sesi Serviço Social da Indústria
Sesi	Serviço Social da Indústria
SINDILUZ	Sindicato dos eletricitários
SINTEEC	Sindicato dos trabalhadores na indústria de energia elétrica Campinas. SP.
Sistel	Fundação Sistel de Seguridade Social
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
VBC	Energia Grupo Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - A Manifestação dos eletricitários sobre o sindicato	27
Gráfico 2 - Número de empregados na CPFL antes e após da concessão a iniciativa privada	37
Gráfico 3 - Número de empregados nas empresas de energia do Estado de São Paulo antes e após a concessão a iniciativa privada	38
Gráfico 4 - A manifestação dos eletricitários sobre a terceirização	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 SINDICATOS A CPFL E SUA TRAJETÓRIAS	15
1.1 As consequências produzidas pela reestruturação produtiva e terceirização para os eletricitários	27
CAPÍTULO 2 A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	33
CAPÍTULO 3 O MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO E SUAS PRECARIZAÇÕES	41
3.1 A cadeia de exploração da força produtiva	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Questionário 1	97
APÊNDICE B - Questionário 2.....	98
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista	99
ANEXOS	
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)...	101
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..	102

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda o estudo da trajetória do Sindicato dos Eletricitários de Campinas – fundado em 10 de outubro de 1959; teve como primeiro presidente o Sr. Joaquim da Silva Lima, afiliado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e do SINDILUZ, fundado em 15 de novembro de 1989; tendo como primeiro presidente o Sr. Wagner Abrão, entidade autônoma, que incide sua representação sobre a área de concessão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), que é a concessionária de geração e distribuição de energia elétrica, que abrange toda área de representação das entidades no Estado de São Paulo. Possui a maior parte de seus trabalhos relacionada diretamente à população, no atendimento de uma das necessidades básicas da sociedade, a energia elétrica; seja no âmbito residencial, comercial e industrial.

No início dos anos 80, surgiu nas escolas de administração de Empresa de Columbia, Stanford, dos Estados Unidos o termo “objetivo global” e ganhou força nas obras de K. Ohmaen 1985 e 1990, M. E. Porter, invadindo rapidamente os discursos Empresariais neoliberal, com enfoque o Empresários deveria levar em conta seus interesses, de que, cada um pudesse explorar onde e como quisesse. Percebe-se que é um termo vago e ambíguo, mas, cheio de conotações e que é utilizado de forma consciente para manipular o imaginário social e pesar nos debate políticos (CHESNAIS, 1996).

Como o termo mundialização com origem Francesa não decolou, por ser uma palavra de poucos impactos nos meios Empresariais, a expressão globalização ganhou força invadindo o discurso neoliberal. Por ser uma expressão que atendesse os objetivos dos grandes grupos multinacionais de expansão planetária, mas que, sem, a participação ativa dos governos nacionais uns colaborando e outros não resistindo à implementação de políticas de desregulamentação, de privatização, não teriam os grandes grupos multinacionais destruídos tão rápidos os entraves e barreira protecionistas.

Para constatar qual era a realidade dos eletricitários, encaminhamos um ofício ao Presidente do Sindicato dos trabalhadores na indústria de energia elétrica Campinas - SP (SINTIEEC), solicitando autorização para estudar a entidade representativa e para fazer uso do recurso do questionário junto da categoria. Quanto a outra entidade representativa, o contato foi por meio da entrevista com o Presidente do Sindicato dos eletricitários (SINDILUZ) segundo seu Presidente, representa parte dos eletricitários da região nordeste da área de concessão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), que é a Empresa que compreende a área de representa os mesmos. A pesquisa foi desenvolvida utilizando do estudo bibliográfico, pesquisa de campo por meio de 32 questionários com pergunta pré-estabelecida junto aos eletricitários no município de Franca. A pós os questionários serem respondidos, as perguntas foram tabuladas em planilhas eletrônicas e gráficos para ter uma melhor visualização. Como outras formas foram utilizadas à medida que o estudo requereu. Trar-se-á pesquisa de caráter conceitual, devido ao desenvolvimento teórico, seguida do caráter empírico, representado pelo levantamento de dados efetuado junto ao universo da pesquisa (amostra).

Considera-se que os sujeitos da pesquisa não vivem um momento de conforto produzido pela atual conjuntura econômica e, desenvolvido pelo processo da globalização da economia, para manter o círculo acumulativo. Busca – se uma melhor compreensão sobre esse rearranjo da economia em detrimento do capital, como o trabalhador que tem de assumir as consequências adversas.

A crise estrutural do capital que abateu, no conjunto da economia capitalista, e intensificou a partir de 1990 o sistema capitalista procurou realinhar a produção às suas necessidades acumulativa, introduzindo práticas de produção que resultaram em profundas mudanças nas condições e relações de trabalho, caracterizadas atualmente como a reestruturação produtiva e terceirização. O mundo do trabalho, na atualidade, esta inserido em uma complexa relação introduzida pela globalização da economia com práticas de produção destrutiva.

O estudo elaborou aspectos produzidos pela globalização da economia, por entender, que a globalização é uma idealização de liberação e desfronterização da economia a mando do capital, onde ele pode instalar fixar e

explorar tudo como bem quiser. Assim; sendo, a globalização utilizou – se de várias formas para sua implantação e desenvolvimento, tais como: A reestruturação produtiva com o aumento da competitividade por maior produtividade e qualidade com menor custo, capacidade criativa do homem em criar as ferramentas necessárias às suas necessidades, ao desenvolver informática e robótica para aperfeiçoar os meios de produzir, sem que percebesse, que as mesmas fossem usadas para limitar o seu aproveitamento, lógico, que a criatividade humana e parte constitutiva do seu ser; a forma como essas potencialidades estão sendo explorada a qual é inconciliável. E a terceirização: a prática que executa que, atraída pela unidade de centenas de milhares de desempregados leva a praticar inúmeras falhas trabalhistas; tais como a redução de salários, a fragmentação da classe trabalhadora.

Com o desenvolvimento de novas tendências de política e tecnologia, todos os segmentos da sociedade buscam uma adequação imposta pelas exigências dessa nova conjuntura socioeconômica. Os empregadores adotaram medidas diversas, no sentido de manter o lucro de suas Empresas, mesmo a custo de demissões e reduções de todas as naturezas. Os empregados, por sua vez, passaram a ser alvo das várias sequelas nas relações de trabalho, na sua formulação e na alta produtividade exigida – mudanças essas, não acompanhadas por um real aumento no nível salarial. Razão também para a diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, e, em contrapartida, o aumento acentuado de formas de trabalho parcial, precarizados, temporário, contratado por tempo determinado ou terceirizado o que aumenta a inexistência do vínculo empregatício com as questões sociais adquirindo novas configurações.

Neste trabalho desenvolveremos três capítulos fundamentais, a saber: o capítulo um apresentando o sindicato, a CPFL e suas trajetórias histórica; o capítulo dois tratando da Reformulação do Sistema Elétrico do Estado de São Paulo; e, ainda, o capítulo três, apresentado o Mundo do Trabalho na era da Globalização e suas precarizações. Também foram desenvolvidas as etapas dessas relações, como as de outras formas, tanto na compra da força produtiva como os métodos modernos de apropriação, além dos que Marx (1983), já desenvolverá como sendo as relações dos homens para com os homens e que essas relações não se

desenvolvem na busca do entendimento para atender às necessidades da sociedade ou dentro dos princípios socialistas, que não impera a apropriação sobre o fruto do produto do outro, conforme os moldes de produção capitalista. Esse último, por sinal, define os diferentes objetivos que são emancipados pela relação da propriedade privada sobre o trabalho, fundamentando assim, as relações políticas da sociedade atual: capital, alienação e a do trabalhador por que: A apropriação surge com alienação, e a alienação como apropriação, a alienação como legítima aceitação na comunidade (MARX, 2002, p. 122). Nessa sociedade não se busca o social, a lógica de sua relação é, a da acumulação, quer seja sobre a camada dos desprovidos criada como condições e mantida dentro das mesmas, para suportar a exploração à sujeição às condições a ela imposta, como e também os recursos naturais gerado pela natureza para todos e, que são explorados de forma até que irracional por uma minoria.

A utilização da análise pelo método do materialismo histórico possibilita tratar os modos de produção e não somente o mundo de produção capitalista, as transformações de um modo de produção para o outro, como e também, as transformações das comunidades e a consciência social delas, desde a antiguidade até aos dias atuais, possibilitam assim a percepção do relacionamento dos homens para com os homens e a sua forma de interagir com a natureza. Possui o trabalho como meio de organização social e o sistema econômico como base de organização da sociedade, da propriedade, das relações de produção das classes sociais e das relações entre elas, que constitui os fundamentos das instituições jurídicas, políticas e ideológicas, configurando assim o Estado e suas relações que se expressa na cultura, arte e na religião. Que para Marx (2002), os diversos modos de produção e suas superestruturas produzem e expressam, segundo as ideias das classes dominantes, com implicações até mesmo nas produções intelectuais, mas, essa relação é de forma indireta exercida pela economia. Porém, expressa de forma direta com o reflexo da política do jurídico da moral, de forma direta sobre as produções intelectuais.

Nos diversos modos de produção que já existiram, até o presente com suas alterações e enfrentamentos sempre se deram pelo antagonismo entre as classes dos que exploram e dos explorados. Essa relação foi muito bem elaborada

por Marx e Engels (2000) no Manifesto do Partido Comunista, em que as transformações históricas e sociais e as revoluções e enfrentamento foram com a participação da massa trabalhadora, portanto, sendo a maioria absoluta o que resta então é unir e lutar. Então esses processos de transformação histórico e sociais nos revela que, muitas das classes sociais já não existem, foram eliminadas pelas sucessivas lutas das massas, mas, o antagonismo entre os meios de produção e a força de trabalho permanece como sendo um dos fundamentos do sistema capitalista para a acumulação, que para Marx (2002), antes de eliminar uma forma de exploração, geram outra forma de exploração das forças produtivas pela classe dominante, que expressa à necessidade do proletariado unir e lutar em busca da sociedade socialista baseada na produção coletiva em que não há o antagonismo e a exploração de uma classe sobre o outra; a mãe natureza é de todos e para todos.

CAPÍTULO 1 SINDICATOS A CPFL E SUAS TRAJETÓRIAS

O Sindicato dos trabalhadores na indústria de energia elétrica Campinas, São Paulo. SINTEEC, fundado em 10 de outubro de 1959, pelo Senhor Joaquim da Silva Lima que foi primeiro Presidente. Atualmente, é afiliado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tem sua sede na Rua Doutor Quirino na Cidade de Campinas SP. A segunda entidade representativa o Sindicato dos eletricitários (SINDILUZ), foi fundada em 15 de novembro de 1989, entidade autônoma, com sede na Avenida Paris, localizada em Ribeirão Preto SP; a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) cuja sede fica na cidade de Campinas, São Paulo, na rodovia que liga Campinas a Mogi Mirim. Que é a Empresa concessionária de geração e distribuição de Energia Elétrica para o interior do Estado de São Paulo, ela concentrava a área de representação dos sindicatos. A CPFL, empresa fundada em 16 de novembro de 1912, em seu marco inicial, teve a fusão de quatro pequenas empresas: a empresa Força e Luz de Botucatu, a empresa Força e Luz de São Manuel, a empresa Força e Luz de Agudos-Perdeneiras, a Companhia elétrica do Oeste de São Paulo. Seus primeiros proprietários foram: Manfredo Antônio da Costa, José Balbino de Sequeira, e Joaquim Mário de Souza Meireles. Em 1927, foi adquirida pela American & Foreign Power (Amforp), permanecendo sob seu controle até 1964, quando, passou ao controle da (Eletrobrás) do governo Federal até 1975 (COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ., 1982). Em 1975, o controle acionário foi transferido para a Companhia Energética de São Paulo (CESP) do governo do Estado de São Paulo. Em novembro de 1997, com a reestruturação do setor elétrico, adquiriu a concessão por tempo determinado. O controle da CPFL passou para o grupo composto pela VBC Energia (Grupo Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa, pelos Fundos de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, “Previ”, e pela Bonaire Participações, que reúne os fundos de pensão Funcesp, Sistel, Petros e Sabesprev).

Conforme informação na entrevista concedida pelo Diretor Presidente de um dos sindicatos, que representa uma parcela dos eletricitários da área de concessão da Companhia Paulista de Força e Luz, a criação de outros sindicatos só foi possível a partir das mudanças introduzida pela legislação que regulamenta os

sindicatos. Até 1988, era de um modo; após 1988, a 1989, a história e outra, na verdade, naquela época, não existia amontoado de sindicatos que existem hoje, só havia uma representação dos eletricitários. A partir de 1989, é que se possibilitou a criação de outros sindicatos; hoje são onze (11), entidades representativas na área de concessão da Companhia Paulista de Força e Luz, que abrangem 231 municípios. Conforme pesquisa feita aos eletricitários, ao responderem a pergunta: Para vocês terem mais de um sindicato para poder filiar a um, é, bom ou ruim, o resultado para 73,3 por cento é ruim.

No fim do século XIX surgiram, as primeiras bases de classes operárias no Brasil, com as primeiras organizações em São Paulo e Rio de Janeiro. Com elas surgiram também as, com estas surgem às primeiras lutas operárias no Brasil, como por exemplo, os tipógrafos no Rio de Janeiro, contra as injustiças por aumentos de salariais. Com o sucesso obtido na reivindicação, logo surgiram outras manifestações. Em 1882, foi realizado o primeiro congresso socialista brasileiro, tendo como objetivo a criação de um partido político, para poder melhor organizar os trabalhadores com orientações políticas, tendo como objetivo conquistar direitos fundamentais ao trabalhador, cada congresso sindicais e operários suas manifestações se fundam economicamente na melhoria salarial e na redução da jornada de trabalho. Em 1906, aconteceu o primeiro congresso operário brasileiro contando com os mais dinâmicos representantes do eixo São Paulo e Rio de Janeiro era lançada às bases para uma organização de âmbito nacional, a Confederação Operária Brasileira voltada para as reivindicações básicas de solidariedade tanto no âmbito nacional como internacional, composta pelas duas tendências existentes de maior expressão no movimento operário: os anarquistas e o socialismo reformista. Era a representação com maior número no momento, mantinha tendência - ideológicas dos anarquistas que não dava importância à luta política e combatia a constituição de um partido político; dava ênfase à luta dentro da fábrica através da ação direta, e, via nas organizações sindicais a base para a formação da sociedade anarquista. A outra tendência do socialismo reformista era buscar, além da mudança gradativa da sociedade capitalista a organização partidária dos trabalhadores em nível do Estado, sobre as bases parlamentares.

No congresso, o operário de 1913, tinha como Presidente honorário, Hermes da Fonseca, o então presidente da República que, facilitava a criação de lideranças governistas dentro de alguns sindicatos que, apesar de dirigirem categorias atuantes como os ferroviários e os marítimos, a contribuição era de conciliação com o Estado, com as manifestações seguidas seguidamente das greves de 1917 e 1920 após a I Primeira Guerra Mundial. Com a queda da produção e dos salários, novimenta – se as massas as em muitos lugares alcançando grandes proporções.

O destaque se deu quando aconteceu a greve em uma fábrica de tecido em São Paulo. Esta recebeu a adesão de todo o setor têxtil e, em seguida as demais categorias o que chegavam em torno de 45.000 revoltosos, tendo de imediato a repressão violenta do Estado policial a favor do capital chegando a matar um operário com um tiro no estômago o sapateiro Antonio Martinez (ANTUNES, 1980). Mesmo assim, não pararam as manifestações, elas se intensificaram se, alastraram-se por vários Estados como Rio de Janeiro, Rio grande do Sul, Bahia, visando à melhores salários e condições de trabalho. Nesse período, como as práticas repressivas se mantiveram de um lado, o operário, tentou fugir da exploração imposta pelo sistema capitalista e, do outro, o Estado, na função inversa, ao invés de desenvolver uma política de cunho social, antes regressiva, intensifica a repressão operária; nesse contexto, o movimento predominante anarquista expressava seus limites e suas deficiências.

A influência da vitória da revolução socialista na Rússia sobre o operário brasileiro, fez com que um grupo de militante anarco-sindicalista rompesse com a sua concepção ideológica, e, em 1922, fundasse o Partido Comunista Brasileiro, dando uma nova roupagem ao movimento operário brasileiro, que se organizava politicamente, com uma ideologia predominante do anarco-sindicalista. Pouco se viu nos primeiros anos de sua fundação, as atenções estavam voltadas para a composição do quadro do partido e como divulgar o marxismo - Lenilismo, visando a uma linha política para a compreensão e orientação da revolução brasileira. Mesmo com a condição de ilegalidade imposta, suas ações não foram interrompidas, como a da publicação da Revista do Movimento Comunista, foi publicado no Brasil o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (ANTUNES,

1980). Assim, o movimento operário politicamente foi se estruturando, mesmo como a predominância dos anarco- sindicalistas, no partido houve avanço significativo: criou se a Federação Regional, em 1929. Com a participação de vários representantes de sindicatos de vários Estados, realizando, assim, o Congresso Sindical Nacional originando a Confederação Geral dos Trabalhadores, de âmbito nacional a todos o sindicato com influência comunista, mas isto não intimidava as ações do Estado em ampliar as suas ações através do sindicato reformista amarelo, que cominou poucos meses após a sua fundação, a condição de ilegalidade.

Com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que uma nova roupagem aos movimentos como a orientação política, que também associava – se ao movimento tenentista de 1922 e ao movimento da coluna liderada por prestes, que percorreu o interior dos Estados do Brasil na busca da adesão dos trabalhadores para a transformação da sociedade brasileira que se opunha aos burgueses do café, o que dava os primeiros sinais de crise no governo.

O período de Getúlio Vargas deu início à transição de um sistema econômico agrário exportador para o início da economia industrializada, com tendência puramente reformista, conciliava os interesses agrários com os urbanos, mas sem a participação dos trabalhadores. Assim, o sindicalismo se viu sobre o controle do Estado, e isso manifestou nitidamente a criação do Ministério do Trabalho, que elaborou uma política sindical em que as ações dos sindicatos, fossem dentro dos limites de conciliação capital e trabalho. Criaram – se assim, os primeiros pilares do sindicalismo, com o pronunciamento fisiologicamente do Primeiro Ministro Lindolfo Collor: Os sindicatos ou associações de classe serão os para-choques das condições antagônicas, nos quais as relações de trabalho e capital passam por uma análise do Estado, como também, os recursos econômicos dos sindicatos (ANTUNES, 1980) expressando, assim o que Lênin chamou de reformismo pelo alto. Um governo que dissolve os parlamentos e cria regras repreensíveis aos movimentos representativos e, desenvolve uma campanha ideológica de adesão aos seus objetivos, só pode ser ditador. Basta fazer uma análise retrospectiva desde os anos de 1930, na era Getulista, que ali fundava os pilares do sindicalismo submisso ou dentro da ordem, para não dizer um processo ditatorial vestido do populismo, mas que e por décadas exerceu a chamada prática

política, mas que era ditatorial, porque, esta prática não estava oficializada, como ditadura, porque suas ações eram desenvolvidas com o propósito de que a classe operária como as dos meios de comunicação e os seguimentos intelectuais fossem partidárias das políticas desenvolvidas pelo Estado sobre a Nação, para atender às necessidades de expansão do capital. À medida que o Estado foi desenvolvendo as suas práticas capitalistas, as questões sociais também desenvolviam na ordem inversa as liberdades como nação, assim, começaram a surgir as primeiras manifestações em oposição às práticas de exploração da força de trabalho em provimento do capital.

Os sindicatos têm uma herança de século a ser minimizada ou, no mínimo, superar os marcos do período de Getúlio, quando da fundação dos pilares dos sindicatos, sobre as ações coerciva do Estado Getulista. Com o avanço e a solidificação do capitalismo como sistema de relação e reprodução, ainda tendo o Estado como seu regulador, os sindicatos viu – se como uma luz não só no túnel, mas no fim do túnel e com péssimas condições de funcionamento assim expresso pela sua fraca luminosidade.

A ditadura e uma ação coercível do Estado a favor do desenvolvimento do sistema capitalista de produção em oposição ao sistema comunista. Foi imposta aos países subdesenvolvidos para não aderir ao desenvolvimento do sistema fundado na sociedade socialista. Política essa que foi mantida no período do governo de Getúlio Vargas vestido de populismo, e assim manifestou – se nas suas políticas expansionista, ora revolucionaria, mas, dentro do desenvolvimento a necessidade de expansão capitalista de produção.

Em 1921, visando controlar os sindicatos e fortalecer o sindicato amarelo o Estado fundou o Conselho Nacional do Trabalho, com tendência reformista, e criou também a Confederação Sindicalista Cooperativista brasileira. Que possibilitava uma maior ação e influência dos sindicatos amarelos de tendência governista, favorecendo as oligarquias do café quando de suas reivindicações e, tratava de forma diferenciada as outras classes de trabalhadores, cuja atividade era menos importante para a exportação, recebiam tratamentos repressivos quando de

suas reivindicações, o próprio presidente Washington Luís disse: “Que a questão era simplesmente caso de polícia” (ANTUNES, 1980).

Como as ações do movimento anárquico sindicalista se limitavam ao econômico não exigindo do Estado uma ação, não admitia a formação de um partido político nem a reconciliação com as classes de setores da camada subalterna da sociedade, dificultando a luta operária e fortalecendo a força repressiva do Estado com o reformista amarelo que por constituição não questionavam o Estado. As manifestações da Rússia com a greve geral contribuíram de forma a perceber as suas contribuições (LUXEMBURGO, 1979), para consciência da classe proletária brasileira e para a formação dos sindicatos no Brasil.

A greve geral não é, e não pode ser uma ação aventureira nem uma ação relâmpago, deve, acima de tudo, levar em consideração que há pessoas envolvidas, deve estar bem preparados tanto do ponto de vista econômico como político e da consciência de classe a unidade que uma categoria atuante jamais deixará passar despercebida. Basta ver a postura, a disciplina, e a organização do movimento revolucionário para fazer a greve geral, mesmo como a social-democrática posicionava – se não favorável à realização e, percebendo que surgia de uma inflamação espontânea, via como improdutiva, e que foram surpreendidos pelos feitos e consideraram que fora um erro retalhar a ação dos revoltosos proletários. Apreende – se, ao longo do seu desenvolvimento, que as leis naturais dos movimentos de massa, que erro histórico como esse não ofuscara jamais a compreensão e dá força da unidade e da consciência de classe. Escreve assim esse arquivo histórico que a consciência de classe pode proporcionar resultados surpreendentemente superando até mesmo as suas dadas constituições elementares.

Os resultados mais precisos porque permanece esse brusco fluxo e refluxo da revolução, são de ordem espiritual: o crescimento não intermitente do proletariado no plano intelectual e cultural é uma garantia absoluta do seu irresistível progresso futuro tanto na luta econômica, como na luta política (LUXEMBRUGO, 1979, p. 35).

Para Rosa Luxemburgo (1979) a revolução Russa ensinou uma coisa: que a greve de massa é a busca da cidadania e não é “fabricada” artificialmente

nem “decidida” ou “definida” no éter imaterial e abstrato, é tão somente um fenômeno histórico, resultante, em certo momento, de uma situação social a partir de uma necessidade histórica.

Fruto do aprendizado dos acontecimentos na Rússia para massa trabalhadora brasileira foi a de apreender a importância da organização e que podia criar a sua organização, sem perder de vista com os acontecimentos históricos da Rússia. Foi criado o primeiro sindicato, o dos tipógrafos. Foi 19 de janeiro o seu primeiro dia de existência através de um estatuto e assim vários outros ao lado de sindicato público “legal” surgiram outros legais e similares. Luxemburgo (1979) descreveu em Greve de Massa, partidos e sindicatos, um acontecimento histórico que expressou a importância da consciência da classe, a da união dos relojoeiros, que só conseguiu a sua primeira reunião secreta após romper o obstáculo como a resistência policial e a câmara do comércio que representava os patrões, que expressam a consciência de classe para que foi a realização da reunião secreta do sindicato dos alfaiates em plena floresta com centenas de alfaiates.

O fruto desse aprendizado foi colhido na greve geral de outubro na Rússia, a segunda e importante greve manifestou como era de esperar manifestar diferente da primeira devido ao seu alto grau de consciência reivindicatório da classe proletária russa, conquistando assim cinco dias de 8 horas a toda categoria. O patronato, por sua vez, preparou – se para a resposta, usando como recurso as ameaças de demissão em massa e as de fechar as fábricas, o que ocorreu com a dispensa de 40 a 45.000 trabalhadores por um mês. Lógico que o proletariado na Rússia já se encontrava em um estágio bem avançado e atento à estratégia usada pelos patrões. Sabendo muito bem das consequências que causaria aos patrões com a paralisação das atividades produtiva, proporcionando no final do mês uma menor produção e um menor lucro. Isso não estende ao todo proletariado da Rússia, é o caso da elite metalúrgica de São Petersburgo que seguiu na balada e intensificou a manutenção das 8 horas de trabalho por dia. Prosseguiu empolgada pela liberdade política conquistada, mas de curta duração. Com a tomada das manifestações e reuniões, rapidamente entrou em cena os massacres, acabando com os ares sombrios do proletariado. Assim, as manifestações organizadas pela social-democrática de greve geral como protesto pela ação repressiva e sangrenta

de São Petersburgo, desencadeou a terceira greve geral de massa de dezembro, estendendo a todo o império, como uma ação meramente política.

As transformações produzidas pelo capital acabaram por afetar também os movimentos sindicais, que historicamente, representaram os interesses dos trabalhadores sempre solidificando o apoio necessário aos empregados nas negociações com os empregadores. Os mesmos perderam sua grande influência como representantes legítimos dos interesses da classe trabalhadora e poucas são as categorias que conseguiram repor as perdas salariais, anuais e até mesmo manter o vínculo empregatício. Com exceção das categorias de trabalhadores do serviço público e autarquia, que têm estabilidade de emprego e por conta desta são mais reivindicativas. Contudo, existe, por parte dos sindicatos, uma busca pela reação, por meio de estratégias voltadas a manter a sua representatividade e potencial de negociação, demonstrando poder de reorganização e de formular sob a ótica dos trabalhadores respostas às reivindicações imediatas do mundo do trabalho (MEIRELES FILHO, 1998).

O movimento sindical brasileiro vivia um momento de transformação, vinha se defrontando com uma realidade trazida pela globalização da economia, com a reestruturação produtiva e a terceirização, que combinavam o processo de desregulamentação das condições e relações de trabalho, para extração da mais-valia, entre outras configurações que significou em aumento da concorrência entre as empresas para poder competir em busca do mercado consumidor. O sindicato dos eletricitários de Campinas, objeto de estudo da pesquisa, está inserida dentro deste contexto de transformações produzida pela globalização da economia. O sindicato dos eletricitários insere – se dentro dos contextos de transformação produzida pela globalização da economia.

Se já não bastassem estas transformações, a crise atingiu também a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital (ANTUNES, 1996, p. 148).

Essa nova dimensão mundial das formas de trabalho tem reflexos significativos no setor elétrico do Estado de São Paulo, que e a área de concessão da Companhia Paulista de Força e Luz, a qual compreende a área de representação do sindical dos eletricitários. Com a privatização do setor elétrico, a concessão por tempo determinado de exploração do patrimônio público, traz com si a concorrência, aumenta com isso as exigências por qualidade eficiência e produtividade com menos custo.

Não basta a vontade de mudanças, o trabalhador deve ter a consciência dessas mudanças, portanto deve ter uma orientação política partidária, por isso é necessário que o sindicato esteja associado a um partido político, para que suas orientações sejam mais amplas não limitando ao econômico, que, por sinal é importante, mas não consegue alcançar as raízes do modo de produção do sistema capitalista, portanto e necessária a orientação política por ser mais ampla e assim pode conseguir melhores resultados em benefício do trabalhador. A ação econômica é uma ação contra o problema gerado pelo modo de produção do sistema capitalista e não uma ação contra causa. Nesse contexto, é que se dá a escolha de autores como Marx, Engels, Mészáros, Chesnais, Lênin, Rosa Luxemburgo e tantos outros. Isso porque suas produções expressam, em seus conteúdos, contribuições diretamente às questões e suas consequências tanto para o movimento representativo sindical como ao trabalhador em si. Essas necessidades estão expressas na representatividade feita pelo sindicalista como na fala dos eletricitários quando da utilização dos questionários, dos diretores quando questionados e do Presidente do SINDILUZ, na entrevista concedida.

Essa tendência ideológica dos sindicatos está condicionada, em parte, pelo objetivo de parte de seus membros "visar" a carreira política, o representante sindical, na verdade, está iniciando uma carreira política, se tem perspectiva de sucesso e outra coisa, assim fica expressa a representatividade fisiológica das forças dominantes que constitui uma grande parte do legislativo; nesse sentido, que se dá a sequência pública privadas, que estão arraigadas na nossa cultura nossa cultura assistencialista.

Ainda por meio da legitimidade representativa segundo as legislações recrutam no seio da classe proletária aqueles que se destacam como sua representação associada aos interesses do capital porque votam, assinam pautas de apoio aos projetos de interesse da burguesia, ou seja, aqueles únicos e exclusivamente que eliminam os entraves aos processos de expansão da indústria, na qual, com o máximo de esforço, não encontra algo ali escrito em benefício do trabalhador a não ser a ampliação dos espaços fabril para os compartimentos da indústria. Já nos seus discursos, expressa o antagonismo, ao pronunciar que vai gerar empregos diretos e indiretos, ou seja, sem fazer parte do quadro empregatício da Empresa principal. A construção dessa unidade produtiva parte do lucro disponibilizado pelo capitalista e fruto da mais valia do trabalho não pago, ou, quando não são financiados com dinheiro público via Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) como e também a doação de áreas públicas com isenção de imposto por um determinado tempo, e propagados como sendo para criação de mais empregos, portanto ambíguo, outra agravante, às vezes, até propagado por quem representa o trabalhador.

Não só os sindicatos são de Estado como a imprensa escrita e falada, assim como o capital, que sem alavanca do Estado não andam, que os diga o BNDES, mesmo no berço da do capitalismo, os Estados Unidos da America (UEA), fazem uso dessa prática assistencialista, que ora, não é copiosamente socialista e nem expressa anticomunismo, pois está ali alavancada pelo sindicato moderno, estímulo do governo, que, de moderno, é só as práticas inovadoras, em nome do capitalismo, “mais valia”.

A Empresa com a concessão por tempo determinado à iniciativa privada, para conter gastos de imediato reduz o número de empregados do seu quadro empregatício, e ainda repassa parte de seus serviços a firmas terceiras, ou seja, parte dos empregados que foram desligados do seu quadro empregatício, voltam a executar serviços à Empresa principal via terceirização, realizando até os mesmos serviços anteriormente, com menos custo e sem despesas contratuais. Esse retorno à Empresa principal é confirmado a seguir na entrevista com o diretor presidente; rotatividade na CPFL como empregados novos é violento: é um entra e sai. O empregado entra faz um treinamento e, em dois ou três anos está saindo, a

privatização teve esta consequência. Como seu ganho é significativo, esses trabalhadores que estão na área de atuação do sindicato, e, devido à redução no seu ganho, impossibilita de filiar – se ao sindicato, mesmo os que ainda permanecem no quadro da Empresa.

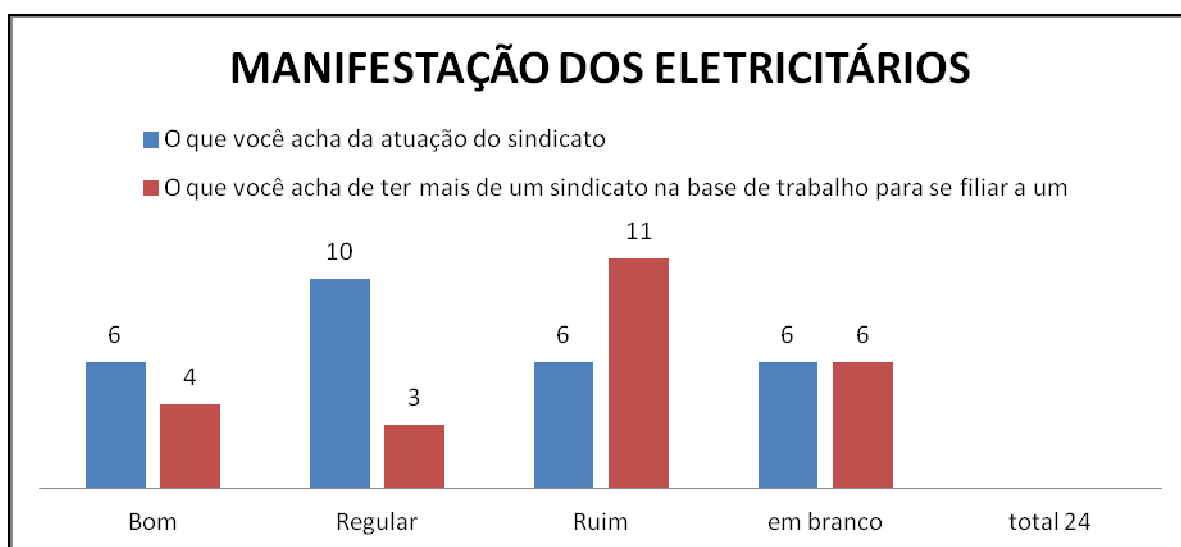
Percebendo que o atual momento não é tão sombrio, priorizam suas despesas, sobre o olhar de um possível desligamento tanto pelo processo desenvolvido pela Empresa, como pela percepção do desenvolvimento do trabalho por terceirizados com menor custo, fazendo contenção de despesas, ao ponto de sua desfiliação do sindicato. Assim, o sindicato vê mediante a um quadro de ocupação maior que o de filiação, dificultando a suas ações representativas, quando não se depara com outro sindicato, criado pela Empresa, que atua, segundo os interesses da mesma, os sindicatos de gaveta com são classificados. Portanto, e por isso o criou, sabendo muito bem a contingência da ociosidade. Uma categoria que tem na sua representação um só sindicato, esta unidade expressa ser uma categoria com maior poder de negociação e resistência em sua data base e com um poder de paralisação, causando impacto na arrecadação da Empresa, como estratégia a empresa utiliza recurso de negociar por categoria para facilitar nas negociações periódicas. Veja como na prática é desenvolvido. A categoria dos eletricitários, que é uma categoria de trabalhadores composta por eletricistas, técnicos, engenheiros, administrador economista e da área da saúde. Ao classificar esses trabalhadores em classes distintas para que suas representações sejam feita, por vários sindicatos, isto dá a possibilidade de uma dessas representações serem mais flexíveis e assim fazer acordo coletivo mais próximo da proposta da Empresa, que de imediato os têm como uma ferramenta a mais na rodada de negociação com as outras representações argumentando que a sua proposta é a mesma já negociada com a outra representação.

Como se percebe, uma parcela da categoria foi tomada, como um todo da categoria, construindo dessa forma a totalidade de categoria, por que atende ao interesse da Empresa, a totalidade da categoria que por força de negociação com uma classe que o constitui a categoria dos trabalhadores na empresa de produção e distribuição de energia elétrica. Faça valer a toda a categoria, se aceito ou não é outra coisa, mas que este é um recurso estratégico a favor da Empresa na

negociação sem dúvida que sim. Em 1990, a CPFL, firmou um acordo coletivo com o Sindicato de São José do Rio Preto, fez valer a todo os empregado da Empresa (ACORDO..., 1990, p. 1). Para 73,3 % dos entrevistados é melhor ter um só sindicato para representar a categoria e é o que produz maior apreensão à Empresa a categoria na sua totalidade solidária pelo seu poder de negociação por força do número de empregados representados.

Temos a satisfação de divulgar os empregados a presente publicação, contendo, na íntegra, o ACORDO COLETIVO DE TRABALHO firmado em 06.02.90, com o SINDICATO DOS EMPREGADOS NA GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRECIDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO RIO PRETO – SINDLUZ, com extensão aos demais empregados da Empresa. O presente acordo terá vigência no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1990 (ACORDO..., 1990, p. 1).

Gráfico 1 - A Manifestação dos eletricitários sobre o sindicato.



Fonte: Benedito Romualdo de Miranda

Esse gráfico, expressa a consciência da categoria trabalho, mas, as condições a ela imposta pelo sistema atual, o impossibilita de um enfrentamento: Primeiro: Filiado ao Sindicato se vê, mediante de uma representação que segundo a legislação são seus representantes constituídos legalmente, mesmo que suas ações não representam a vontade dos representados, principalmente por serem os sindicatos uma necessidade criada pelo sistema capitalista de apropriação. Segunda: E a condição fragmentada em que encontra a massa trabalhadora, da

vulnerabilidade a dispersão, somadas as políticas desenvolvidas pela Empresa de enxugamentos do quadro empregatício.

1.1 As consequências produzidas pela reestruturação produtiva e terceirização para os eletricitários

Com as políticas de ajuste desenvolvidas pela Empresa, o trabalhador é chamado a adaptar, mas em quê? Se as condições e relações de trabalho impostas pelo modo de produção capitalista oferecem outra opção, porque direitos e garantias historicamente conquistadas já não existem, mas foram jogadas pelos ares, não faz parte nas rodadas de negociação, quando das datas básica da mesa de negociações coletivas da categoria ou, no mínimo, foram incorporados nos salários, como uma estratégia de interromper a sua crescente evolução, pois a cada ano o anuênio, seria acrescido mais 1 % ou quinquênio, cada cinco anos 5 % percentuais no salário, até o limite que contavam por força de acordo coletivo, como também não custa mais da pauta de indicação que o empregado não necessita de comprovação de ausência, e sim justificar a necessidade de ausentar do trabalho por motivos particulares, acordado quando do acordo coletivo, outro benefício, a refeição quando no desenvolvimento do trabalho o mesmo ultrapassasse no mínimo duas horas do seu horário habitual de alimentação. Essa relação esta percorrendo o percurso desenvolvido por (MARX, 1961, p. 76) “não devemos mesmo acreditar, quando dizem que quanto mais gordo o capital, mais sevado e o seu escravo.” Agora estão fazendo contenção até da refeição, que era uma conquista da categoria, firmada em acordo coletivo. Fruto das políticas de contenção de despesas desenvolvida pela Empresa, como resultado da movimentação dos sindicatos dentro da ordem de acomodação, em que não esta em curso o enfrentamento, e sim, manter se ativo, segundo os princípios quando da fundação dos sindicatos no Brasil que é secular, Antunes (1980).

A categoria dos eletricitários que anteriormente tinha uma representatividade, agora esta sob varias representações, Lênin já o chamara de reformismo pelo alto e que não fosse alem das melhorias dentro do modo de produção capitalista, que se confirma na fala do diretor presidente, ao ser questionado, o que ele pensava da greve como instrumento de reivindicação,

segundo o mesmo e péssima, e argumentou sobre pontos e fundamentos importante sobre uma greve, a responsabilidade que é ficar um hospital sem energia, Rosa Luxemburgo (1979), em Greve de massas, partidos e sindicatos, descreve que, uma greve além dos preparativos da categoria, tem de ser pensada e preparada tanto no aspecto econômico, estratégico e organizacional. Portanto uma categoria bem preparada e consciente de suas responsabilidades e principalmente por se uma atividade de interesse social, já mais deixaria passar despercebida a necessidade da manutenção de atendimento de energia a uma unidade deste nível e de outras, em que a prestação de serviço e a manutenção da vida, e, até mesmo dos que as mazelas e sequelas foram produzidas pelo modo de produção capitalista, como outras preparações que não podem passar despercebida, tanto pela categoria como pelos organizadores, que respinga ainda alguma representativa sobre a categoria, como os recursos necessários para a manutenção à necessidade, por que, para lutar e preciso estar em condições de enfrentamento, mas, que na prática esta representatividade conforme descrita pelo diretor presidente de uma das entidades representativa, ele representa uma parte dos eletricitários, percebe que e uma categoria parcelar.

A fala do não enfrentamento produz nada mais e nada menos que a necessidade de acomodação que a década é imposta pelo sistema. A não ser que vão entrar na batalha armado com espada de folha de papel para enfrentar o adversário que está armado com espada de folha de aço. Enquanto as práticas fisiológicas de representação imperar, essas instituições vão sempre depender da alavanca do Estado que, por sua vez, vê na grande indústria a sua fonte de arrecadação como melhor parceira, com isso elabora medidas protelatórias a favor dos sindicatos para a sua sobrevivência.

Lênin (1974) acreditava na sublevação na massa, mas que este espontaneísmo não fosse além do reformismo, limitando ao universo burguês, mas que, sem a orientação política, não seria suficiente para atingir as raízes do sistema e do Estado capitalista e que a luta econômica constituía como um ponto de partida para a consciência operária, a consciência de uma classe operária revolucionária. Com uma consciência socialista ou dentro da concepção socialista que a consciência política de classe associada à luta econômica levaria

consequentemente mais que uma luta imediata, compreender o poder político e o papel do Estado que garante a dominação capitalista. Lógico que esse processo é uma conquista que leva tempo e precisa ser trabalhada gradativamente, a classe operária, que o próprio momento de relação de produção capitalista, abrigará uma mudança na massa trabalhadora, ou seja, para tudo tem limite.

O papel do partido político na emancipação do proletariado expressa a necessidade da orientação partidária, que Mark, Engels, Lênin com também Luxemburgo eram favoráveis. A luta econômica como forma de despertar a consciência da classe operária para transformar em luta política, que além de reivindicar melhores condições, também manifesta como o fim do sistema capitalista de produção. Portanto, são necessárias as greves que surgem por natureza do sistema capitalista. É a luta da classe operária contra a estrutura da sociedade burguesa como instrumento de união e consciência de que só unindo povos é estar em pé de igualdade com a classe patronal e o governo “governo autocrata e policial”, buscado a sua emancipação proletária sobre o domínio do governo e do capital. As greves como um dos meios de emancipação da classe operária não são a única forma de luta. Os sindicatos como organização da classe operária contra a exploração do capital não podem limitar a reivindicação econômica porque trata-se de uma luta indireta não de uma luta diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salário; é uma luta indireta e não direta porque luta contra os efeitos e não contra as causas; a luta econômica deve ser uma das ações do proletariado, mas não deve limitar só nesse campo econômico, deve alcançar o modo de produção capitalista e do governo autocrático e policial, essa associação da luta econômica e política possibilita a formulação de um projeto político, uma ação contra o antagonismo entre a classe operária e o patrão buscando sua emancipação proletária sobre o domínio do capital.

Sobre o discurso de criar novas empresas, cria-se então a escala de revezamento que proporciona a produção contínua até sobre o brilhar das luzes, sobrepondo, assim, os limites do dia sobre os efeitos da luz natural. Isso porque a preocupação do capitalista é a única e exclusivamente lucro. Já sabemos, mas às vezes, passa até despercebido pelo locador de sua força de trabalho, além da avaria do capitalista. Quando essa forma de jornada de trabalho é prejudicial à

saúde do trabalhador, mas é lucrativa, há outras ramificações, atuando como uma função assistencial, mas é ao mesmo tempo lucrativa e deve ter o seu reconhecimento, portanto receber pelos serviços prestados. A questão dessas relações assistências, como benefícios de atendimento ao trabalhador, é que elas se reproduzem dentro do modo de produção capitalista e para os seus fins, porque o trabalho desenvolvido no período do dia é menos prejudicial à saúde do trabalhador, assim, a assistência ao trabalhador esta voltada para o problema e não para a causa. Inicialmente, o trabalho desenvolvido nesse horário se manifesta na visibilidade da luz natural como artificial, ou seja, a luz elétrica, portanto já de início expressa que o capitalista não tem nenhuma preocupação com a saúde do trabalhador como também pela duração do seu tempo de vida, porque o capitalismo deveria preocupar com a saúde do seu servo; se há milhares de ociosos a serem usados para reposição e com uma locação com menor custo, o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural por noite adentro serve apenas de paliativo, apenas mitiga a sede vampiresca por sangue vivo do trabalhador (MARX, 1983, p. 206). Mas atende a um fundamento do sistema capitalista de acumulação uma locação com menor custo.

Devido às diferenças políticas e ideológicas dos sindicalistas, que é um entrave dentro do movimento sindical, somam-se as atuações do Estado indireta e diretamente como mantedor da ordem e dentro da funcionalidade das necessidades do sistema que desenvolve por duas vertentes: a primeira é uma ação contínua e se desenvolve intermitentemente ora com a política de ajustes fiscais, ora com incentivos fiscais em socorro às Empresas. Com o discurso que para o bom andamento da economia e que todos, nesse momento, devem se unir para o sucesso das medidas, com o pronunciamento, o chamamento de que patrões e trabalhadores devem minimizar as diferenças nessa hora em que todos devem dar a sua contribuição. Que contribuição? Se, as diferenças entre a relação capital e trabalho são expressas pela extração da mais valia relativa e absoluta; (MARX, 1960), o proletário não tem nada a minimizar. Oficialmente já o faz dia pós dia produzindo e não recebendo totalmente pelo que produz. Outra estratégia que é a ação, direta e repressiva quando da manifestação da massa trabalhadora nas reivindicações de seus legítimos direitos de melhor remuneração, condições e relações do trabalho, tendo ao seu dispor além do exército militar, com suas ações

de acompanhamento da movimentação da massa até a ação repressiva para manter a ordem e também os meios de comunicação, o escrito e falado, como meios de divulgação de massa, sendo um instrumento de comunicação e de utilidade pública, funciona dentro dos princípios de concessão pública, que lhe assegurada a autonomia, mas deve também atender às comunicações de interesse público como as de cunho social, assegurando a soberania do Estado e acomodação social da Nação.

Os sindicatos dos eletricitários não fogem à regra, na década de 1980 teve um presidente do sindicato que, posteriormente assumiu a presidência da CPFL, ou seja, na década de 80 era presidente do sindicato que representava os eletricitários, os trabalhadores, depois assume a presidência da Empresa representado o patrão. Essa representação de dupla face expressa à contribuição do período de Getúlio nos sindicatos dos eletricitários no período de 1980. Já desenvolvida anteriormente ao falar da fundação dos pilares dos sindicatos, com a participação ativa do Estado e seus seguidores, que se confirmada na entrevista com o diretor presidente, quando ele fala sobre a união dos sindicatos.

Não tem movimento em conjunto não, principalmente por que temos hoje nas representações sindicais vários braços políticos, envolvendo representações sindicais, fica até difícil todos se juntar, na verdade todos lutam pelos mesmos objetivos, politicamente nos ficamos fora, cada um tem seu interesse os outros sindicatos tem interesse em eleger representantes no Estado na União, fica difícil unir (Diretor Presidente).

CAPÍTULO 2 A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo de reestruturação produtiva dá início assim que a Empresa passa para os novos controladores e sobre o sistema de concessão por tempo determinado, aquelas transferências da coisa pública a chamada iniciativa privada, porque são compostas pelos fundos de pensão, das autarquias Estatal e Federal que tem nas suas presidências o representante dos governos, por ser eles os responsáveis - gestores desses fundos. Isso é o mesmo que sair pela porta da frente e entrar pela porta aberta ao lado, além de que, os recursos na aquisição, parte foram financiados com dinheiro público via BNDES, ou amortizado com as chamadas moedas podres da dívida pública interna, para repassar parte da exploração do patrimônio público, a chamada iniciativa privada vestida de Estado.

Para a sociedade, o fim dos programas sociais como subsídios às pessoas de baixa renda, fechamento de postos de atendimento ao público, com a reabertura de alguns por força de ação judicial e com a centralização da maior parte dos atendimentos a população pelo uso do, 0800.

Até mesmo os serviços de interesse da concessionária passam pela precariedade desse atendimento; um exemplo típico são os terceirizados que fazem uma ligação com a instalação do medidor que registra o consumo de energia elétrica, mas o consumidor não recebe a chamada conta de luz a 3 meses, passando a recebê-la a partir de 4 meses. Isso porque o consumidor é quem fez o contato solicitando a o faturamento do consumo, sendo informado, que não tem cadastro em seu nome como consumidor ativo na unidade consumidora, não constata ligação em nosso sistema, nesse endereço, e que o consumo seria processado a partir da constatação de unidade consumidora ativa. Conforme constatado junto ao consumidor, esse procedimento foi confirmado, ou seja, a concessionária deixou de receber 3 meses de faturamento. É preciso observar que até que a energia poderia ser mais barata, a Empresa deixou de receber 3 meses de consumo, por conta da sua própria burocracia.

A proposta do governo do Estado São Paulo em dividir as estatais CESP, Eletropaulo e CPFL para facilitar na concessão por tempo determinado do patrimônio público elétrico sobre o discurso ideológico de enxugamento de máquina pública. Na realidade estava atendendo as solicitações do processo neoliberal de desestatização a do Estado enxuto o Estado mínimo. Esse processo expressa - se em uma dupla via: de um lado, o Estado abdicando de suas funções sociais, na transferência da responsabilidade governamental para as “organizações da Sociedade civil de interesse público” com uma crescente mercantilização das políticas sociais.

O Estado enxuto, mínimo, onde praticamente ele tem uma função fundamental que é criar as condições de reprodução de acumulação do capital, o Estado mínimo, o Estado em que se abdica de várias funções, mas que não pode passar para a propriedade privada, um programa que é prejuízo para mesma. Onde, a propriedade privada representa um esteio importantíssimo, fundamental é essencial do próprio sistema capitalista. A sociedade percebendo esta parceria com a iniciativa da coisa pública, o discursos ideológico já não produzem os efeitos desejados sobre os princípios básicos da proposta neoliberal que é a privatização das Empresas estatais e das questões nacionais, que a desestatização das políticas sociais a mercantilização do atendimento a necessidade social, o que é evidente no campo da saúde da educação, de forma até que irresponsável.

Na América Latina essa tendência tornou-se crônica, traduzindo-se em uma tremenda debilidade política. A relação desenvolvida entre os partidos de esquerda e os denominados “movimentos de base”. Os trabalhadores foram os primeiros a sofrer os impactos da pauperização das necessidades comum criadas pelo funcionamento do sistema, os movimentos sociais estão estáticos ao desenvolvimento em face de produtiva e reprodutiva ordem capitalista.

Assim, para o liberalismo se transformar num programa prático era necessário que a Sociedade fosse partidária, para isso, foi desenvolvido um programa em que os meios de comunicação, sejam eles escritos ou falados, também fossem propagadores do seu conteúdo ideológico, assim como os governos uns aderindo e outros não resistindo às políticas de desmantelamento do setor

público de políticas sociais que, na conjuntura brasileira, é preciso compreender essa conjuntura sob a qual o Estado se manifesta.

No Brasil, que é uma Sociedade democrática, a conquista deve ser de todos nós, e não da burguesia, a democracia não só pode ser vista do alto para baixo, mas assim manifesta-se. Principalmente na época das eleições periódicas para os cargos eletivos, deve ter participação permanente dos sujeitos sociais organizados, nas grandes questões nacionais. Portanto, a democracia deve ser exercida dentro dos princípios para criar condição de acabar com a fome. Na democracia, não deve haver antagonismo entre ela e o bem-estar social, mas não é nesta direção que a mesma se desenvolve no Brasil. Até os partidos de esquerda não representam, na sua totalidade, os anseios da classe trabalhadora, suas manifestações não estão voltadas na direção de políticas para o trabalhador, é só ver o atual governo do PT considerado um partido de esquerda e os pactos que são feitos envolvendo os trabalhadores. Como pode haver pacto entre explorado e explorador? Quanto à justiça, os poderes estão sempre do lado da burguesia. (Lênin, 1974) “disse que a essência do marxismo é a análise diferenciada da situação diferente”; nós não podemos perder de vista a questão da compreensão do Estado. A sociedade brasileira parece que está anestesiada e, portanto, estática sem manifestar na totalidade a sua cidadania, as ações são quase que inexistentes, ou seja, apresentar uma proposta que se confronta com esse neoliberalismo.

Outra prática adotada pelo Estado neoliberal é através das políticas sociais; por se operar com uma duplicidade, elas, ao mesmo tempo em que, são uma conquista dos trabalhadores, o resultado da luta dos trabalhadores pela ampliação da cidadania e, ao mesmo tempo ineliminavelmente contraditória, são instrumentos pelo qual o Estado busca a sua legitimação. Foi preciso que encontrassem novas formas de fazer política. Isso é um desafio que está posto tanto para os movimentos sindicais como também para os partidos políticos.

Complementam a esse quadro mudanças de ordem estrutural nas relações Estado/Sociedade Civil, com as políticas de ajuste recomendadas pelo capital, para intervenção estatal a serviço dos interesses privados no bloco no poder sobre inspiração liberal a necessidade de reduzir a ação do Estado até a questão

social mediante a restrição de gastos sociais. Um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a soberania da nação para manter os compromissos morais com as dívidas internas e externas. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram a estatística mundial das desigualdades sociais, segundo as características nacionais.

A tese desenvolvida pela professora Cordeiro (1992), nessa multiplicidade de interesses, portanto, de forças representações e movimentos que tentam defender esses interesses quer dizer a possibilidade autoorganização da sociedade no regime de mercado, com novos modelos de representação, coloca-nos novos desafios, como o liberal corporativista e, de outro lado, o democrático de massa. também defendida pelo pesquisador Miranda (1992). Isso porque, quando se olha a proposta da burguesia nacional, ela parte de um pressuposto do FMI que quer dizer que, quando se examina o desenho do Estado, esse desmonte é feito dentro de um esquema de contradição em que até o conceito de privado, de privatização e de individual é profundamente perturbada e quando nós descemos para a questão dos encaminhamentos sociais e políticos, então, aí, o desastre completo. Isso porque no próprio interior dos partidos, há uma dificuldade imensa de encaminhamento de uma visão estratégica. Essa visão tática e essa visão estratégica, colocada, às vezes, até de maneira muito clara e muito coerente pelos cientistas políticos, quando se trata da prática nós temos profundas dificuldades. Porque nós chegamos ao ponto em que não conseguimos nos entender no interior do nível da análise política concluir um projeto no sentido o objetivo.

O processo de neoliberalização não surge simplesmente em um vago, está inserido dentro da lógica da revolução capitalista e suas exigências expansionistas, lógico que a sua evolução atravessou o século, manifestando sobre um entrave ou barreiras protecionistas via necessidade e liberdade de produzir, para atender a expansão da indústria via modernidade. Principalmente para a criação de novos empregos, esse discurso com conteúdo ambíguo está inserido na fala do capitalista como no discurso dos políticos, principalmente os do segmento da burguesia e, às vezes, assimilado o reproduzido por uma grande maioria dos representantes dos trabalhadores, os chamados representantes

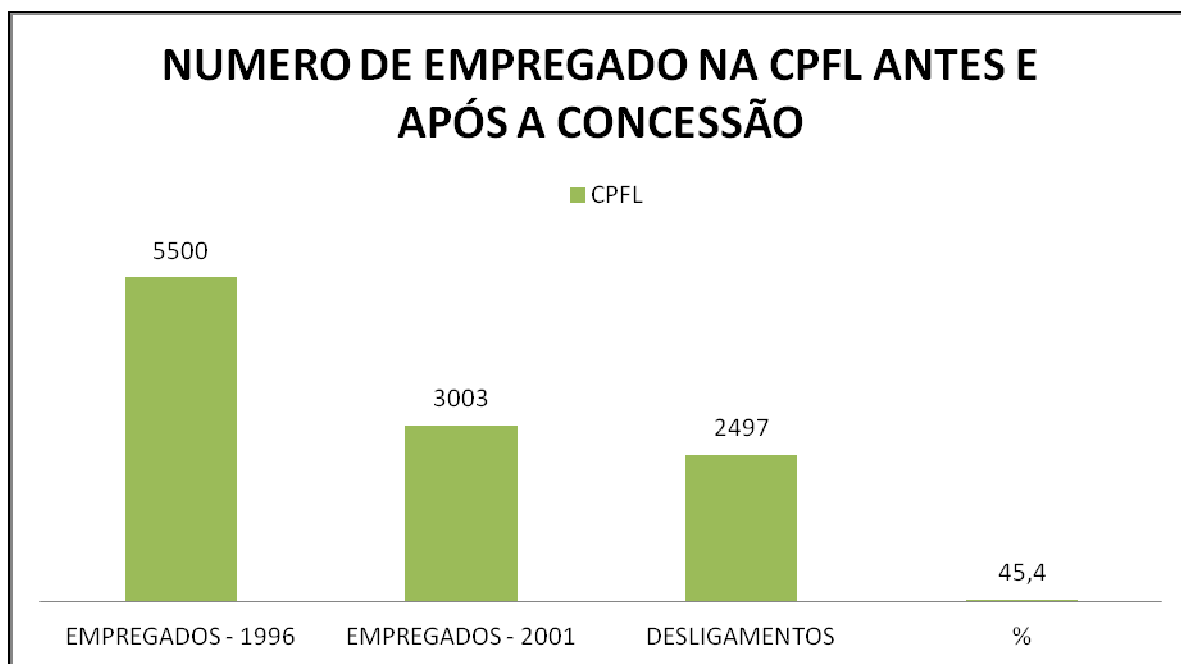
pequenos burgueses, ou seja, aqueles que ainda têm alguns respingos de representação da classe trabalhador que sustenta a sua representatividade, que já não produz mais, o suficiente para a manutenção do seu discurso a favor daqueles que elegeram a massa trabalhadora.

Para os empregados, as perdas além de perderem o emprego foram muitas, mesmo para os que permaneceram no quadro empregatício da Empresa. Com o enxugamento das atribuições estas atividades foram assumidas pelos que restaram, aumentou o trabalho sem repasse ao salário. Houve perdas também de benefícios conquistado a década como o anuênio ou quinquênio, que foram incorporado ao salário, a diferença em receber 1 % ao ano ou de 5% a cada cinco anos esta na forma de aplicação, incorporado no salário interrompe a conquista que era aplicada sobre o salário a cada ano ou a cada cinco anos, de acordo com a data estipulada por força de acordo coletivo anual. Além dos desligados da Empresa sobre os programas de Plano de Demissão Incentivada (PDI's) e Plano de Demissão Voluntária (PDV's) e dos Planos como o do incentivo à aposentadoria. Outro aspecto a ser levado em conta esta no plano de saúde, para os que foram desligados da Empresa, que apesar da manutenção por um período, com parte dos benefícios oferecidos pela Empresa e de ter um plano previdenciário específico para os desligados do seu quadro empregatício. Os custos deste plano segundo os aposentados esta comprometendo o vencimento ao ponto de não ter como continuar pagando.

A Companhia Paulista de Força e Luz, com uma área de 90.440 Km², que corresponde um total de 234 municípios da sua área de concessão no Estado de São Paulo e com 5.500 empregados em 1996, que era antes da concessão a iniciativa privada, e em 2001, após a concessão a iniciativa privada, seu quadro empregatício passou a ser composta de 3003 empregados, esta redução do quadro empregatício é parte de reestruturação produtiva da empresa, via os processo de Plano de Demissão Incentivada (PDI's) e Plano de Demissão Voluntária (PDV's), e o incentivo à aposentadoria como também o fechamento de postos de atendimento ao público, para repassar parte de seus serviços a empresas de terceirização. Na CPFL o resultado das demissões esta no gráfico abaixo, por que, expressa melhor o que foi este desmonte do sistema elétricos do Estado de São Paulo. Possibilitando assim

a ter uma percepção de que, em um curto espaço de tempo à vida de muitas pessoas teve uma mudança brusca no seu curso, proporcionado pela política adotada pelos novos controladores da coisa pública.

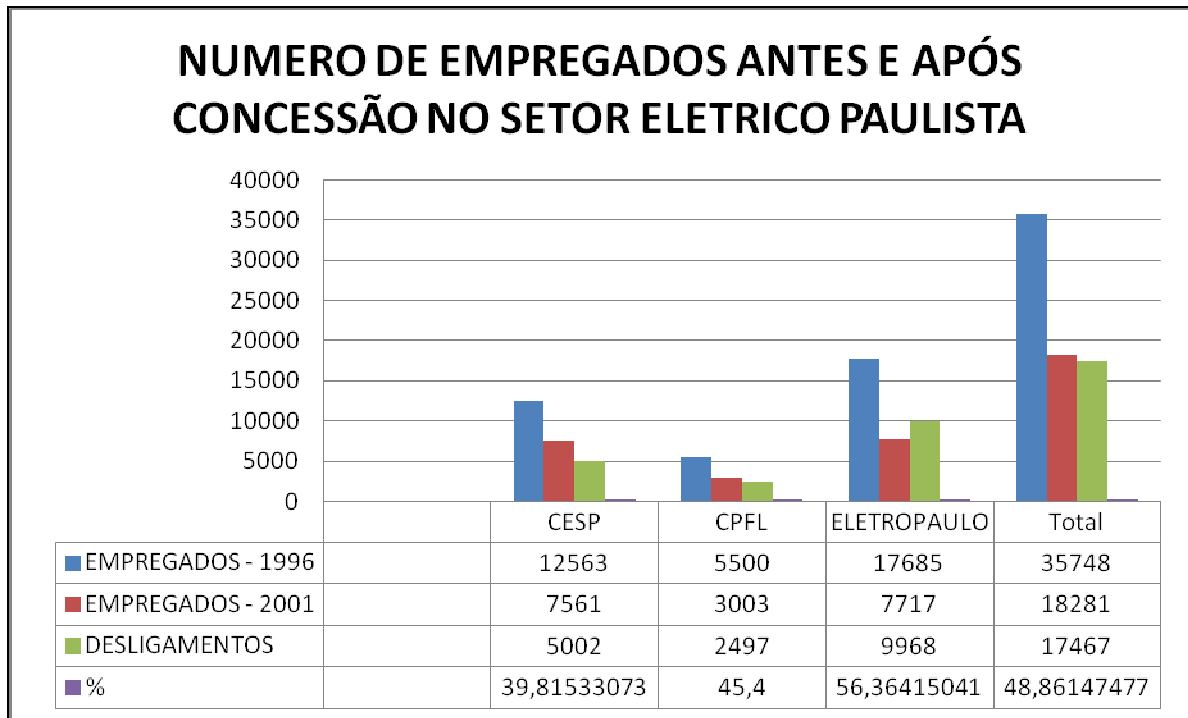
Gráfico 2 – Número de empregados na CPFL antes e após da concessão a iniciativa privada.



Fonte: SINTEEC

Este processo não afetou só os empregados da CPFL, afetou todos os empregados das empresas de energia elétrica do Estado de São Paulo. Portanto o número de demissões é elevado. Por que, tanto a CPFL como a Eletropaulo era empresas subsidiária da CESP. No gráfico abaixo podemos ter uma visão ampliada, do processo de demissões nas empresas que compunham o setor de energia elétrica no Estado de São Paulo. E o que foi esta concessão por tempo determinado do patrimônio público a iniciativa privada para os empregados, e por que não para a sociedade com o fechamento dos postos de atendimento ao público, sendo reaberto parte deles por força de ação judicial. A Empresa mantém os atendimentos ao público no geral, só que via 0800, que além de não ser atendido na hora, em determinados horários os chamados horários de pico, em que um grande número de consumidores está fazendo uso do telefone para solicitar serviços junto da Companhia Paulista de Força e Luz.

Gráfico 3 - Número de empregados nas empresas de energia do Estado de São Paulo antes e após a concessão a iniciativa privada.



Fonte: SINTEEC

Agora se levar em conta uma família de 04 pessoas, e multiplicar o número dos desempregados por três, temos 52.401. Este número é maior do que a população de muitos municípios paulista e expressa a quantidade de pessoas que foram atingidas. Mas, conforme constatado na entrevista com o diretor presidente as demissões continuam via os plano de demissão incentivada aos PDV e PDI. Ao responder a pergunta, sobre número de trabalhadores que realiza serviços a CPFL, como terceirizados, ele falou em aproximadamente 4000, terceirizados, e que o número de empregado do quadro da CPFL diminuiu. Percebe que o aumentando do número de terceirizado, produz o efeito inverso no quadro de empregados da Empresa principal, alterando consideravelmente o número de empregados efetivo, informado pelo sindicato, correspondente ao ano de 2002, já não descreve a realidade atual do quadro da Empresa. Contribuindo dessa forma para o aumento do desemprego e com emprego abaixo do nível que tinha antes da concessão. Por que o nível de salários em geral sofreu uma redução em relação ao período de 1990. Foi constatado nos questionários que os empregados desligados da Empresa o tempo de serviços deles na Empresa constava ser antes de 1990.

Esses dados mapeiam ou voo da ave de rapina que a década administra o patrimônio público do Estado de São Paulo e suas ramificações, ou, administrava, porque até então, parte do patrimônio público foi transferido para iniciativa privada a concessão por tempo determinado, este processo, segundo o curso do chamado neoliberalismo, muito bem definida pela Yamamoto (2007), foi uma dilapidação do patrimônio público. Esse desmonte do patrimônio público é elétrico do Estado de São Paulo, como também de outras instâncias estatal, é, o, que, podemos chamar de desmonte irresponsável da coisa pública, segundo Coutinho (1993), na conferência sobre o Estado neoliberal brasileiro. Com o discurso de enxugamento da máquina que é necessário, mais que até hoje não se processou, porque ainda encontra seus seguidores, aqueles propagadores nos período de eleição, ou seja, como Lênin (1974) chamou de reformismo pelo alto; se é que podemos traçar um paralelo tanto como discurso fisiológico a ação tecnocrata que venha somar ao jeitinho brasileiro de fazer política.

Esse Estado que aparece na consciência das pessoas é manifestado na interação de uns para com os outros e de um Estado fetichado. Sendo o Estado à forma que os membros da classe dominante utilizam para fazer valer os seus interesses comuns, e que passa a prevalecer sobre o resto da sociedade, por ser o Estado regulador e normalizador social, passa também pelo poder das instituições e toma suas formas políticas. Marx ao debruçar por década estudando o sistema de produção capitalista descreveu como eles o utilizam para projetar o seu salto acumulativos, sobre a sociedade que o constitui, portanto, “[...] daí a ilusão de que a lei se repousa na vontade e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta. Da mesma maneira, o direito por sua vez reduz-se à lei.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 74).

Para Lênin (1974, p. 63), “[...] a essência do marxismo é a análise diferenciada da situação diferente” nos não podemos perder de vista a questão da compreensão do Estado. A sociedade brasileira parece que esta anestesiada e portanto estática sem manifestar na totalidade a sua cidadania, as ações são, quase que inexistente, ou seja, apresentar uma proposta que se confronta com este neoliberalismo.

CAPÍTULO 3 O MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO E SUAS PRECARIZAÇÕES

O mundo do trabalho, na atualidade, está inserido em uma complexa relação introduzida pelo modo de produção acumulativa do sistema capitalista que, para atender a sua contínua acumulação desenvolveu uma forma de trabalho por meio da globalização que introduziu práticas de produção destrutiva. A categoria trabalho foi tomada na sua totalidade como força produtiva, sua liberdade ajustada as necessidades do capital, sua sociabilidade aos imperativos do capital e para ele, e dirigida agora pelo processo de rotatividade dos ociosos.

a riqueza de uma nação, acrescenta, corresponde à sua população e a sua miséria corresponde à sua riqueza. O trabalho de uns produz a ociosidade de outros. Os pobres e os ociosos são frutos necessários da existência dos ricos e dos laboriosos (G. Ortes, apud, Marx, 1960, p. 118).

Por isso que a preocupação de Marx era a de traçar os caminhos nos quais os capitalistas manejam suas ferramentas, na manipulação para atenuar as suas práticas de exploração e escravistas a mão-de-obra produtiva. Portanto a falta da leitura das obras de Marx pode passar despercebida a esta grandiosa contribuição ao proletariado, que é o seu chamamento à forma manipulada e do discurso ideológico e ambíguo (CHESNAIS, 1996), também retrata o aspecto deste termo vago e ambíguo mais cheio de conotações e que é utilizado de forma consciente para manipular o imaginário social e pesar nos debate político. Que é, bem utilizado pelo capitalista que vê na extração da mais-valia absoluta e relativa à acumulação do seu capital como também pelo Estado à percepção de uma maior arrecadação que e manifestado nas suas ações a favor do capital, e propagado pelos meios de comunicação tanto a escrita como a falada, adulando o modo de produção do sistema capitalista. Essa associação é tão atrativa que arrasta para si infinitos movimentos e classe, até aqueles ex-burgueses e, principalmente eles, com a esperança de voltar ao reino da acumulação, que, por força da competitividade e por maior quantidade e qualidade com menor custo. Foram alijados da elite dominante e remetidos à classe dos proletários os pequenos burgueses. Marx e Engels (2000) fundamentaram as anormalidades ideológicas produzidas pelo sistema capitalista nas etapas evolutiva até o seu domínio sobre o trabalho,

alertando-os trabalhadores para a necessidade da mobilização da massa, para o enfrentamento as manobras dos capitalistas, contra sua exploração, esta conscientização esse chamamento está claramente em. O manifesto do partido comunista 2000: “proletariado uniu-vos” (MARX; ENGELS, 2000, p. 109).

Mesmo assim houve eco que Marx, não reinvidenciava o trabalhador, falava, mas, como vitima; que não é vitima! É mais do que isso! Ele é pouco a pouco confinado, ou seja, condicionado até a chegada da grande indústria, que não só o faz de uma vez, mas os condiciona como escravo moderno. Veja bem como na pratica essa relação foi desenvolvida pelo proletário, e que não expressa a ele contribuição, por que luta não mais pela sua libertação e emancipação humana, mas para sua permanência como servo, assim como os excluído que clama pela sua reinclusão via benevolência da divisão do trabalho. A divisão do trabalho o fez parcelar não só uma forma de produção para poder extrair uma maior produtividade das forças produtivas associadas. Fez também sobre as frações de homens, que no final de uma jornada de trabalho as múltiplas frações possam gerar uma maior acumulação.

À custa do trabalhador, ela desenvolve a força produtiva social do trabalho, em proveito exclusivo do capitalista. Cria condições novas para a dominação do capitalista sobre o trabalho. Se, por um lado, aparece como um progresso histórico e como uma fase do desenvolvimento econômico da sociedade, é, ao mesmo tempo, a por outro lado, um meio civilizado e requintado de exploração. (MARX, 1960, p. 61).

O eixo culminante da divisão do trabalho se fundamenta no individualismo porque é sobre essa relação que processa a competitividade. Essa é a maior conquista já produzida sobre o trabalhador, porque, para manter a locação da sua força de trabalho, o próprio trabalhador, mesmo não recebendo o salário correspondente a essas funções que exerce, mas, ao mesmo tempo e dentro da condição de escravo, exerce as funções de impulsionador e contra mestre pela própria função de relação de trabalho desenvolvida dentro da divisão do trabalho, em que, um depende do outro. Subentende um desenvolvimento coletivo, ou seja, a etapa seguinte depende da anterior e sobre as partes que obtém o resultado final. É interessante como essa relação desenvolve. Sem perceber, o trabalhador foi desenvolvendo uma ação de sobrepor o outro como força produtiva, atendendo o

objetivo da relação desenvolvida na divisão do trabalho, por isso que é um sistema de exploração, porque o seu modo de apropriação tem como princípio o individualismo, para gerar a alta produtividade. Por que então o trabalhador não percebe essa relação de totalidade? Por que: “O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce das cooperações dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece a esses indivíduos como sendo sua própria força conjugadas.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 61). Assim, eles precisam impor-se como tal, com ação que se manifesta como utilitária.

Esse processo se desenvolve dentro de uma rede interessantíssima com manifestações e ramificações diversas: de um lado, a ordem de acomodação e, de outro, a necessidade acumulativa e o consumismo frente à necessidade de sobrevivência que para busca das condições necessárias à sobrevivência, desencadeou um processo da submissão à fragmentação sobre essa necessidade humana, que é a exploração por outro humano. Esse processo segue seu curso normal com manifestações instituída pela perversidade da competitividade que produz a individualidade e intensifica o estranhamento entre as mesmas bases, alastrando por toda a categoria, até o estranhamento com as demais profissões, como que se o antagonismo fosse uma forma de demarcação de espaço. Como se percebe essa produção ambígua não só é consciente como é parte constitutiva do processo capitalista de acumulação em que as adversidades constituem como uma ferramenta a mais para sobre elas continuamente produzir.

Parece que essa forma nefasta de exploração é constituída como um relevo que basta passar a borracha e vai apagando tudo do curso da memória das categorias subalternas, que o tempo não apagou, do processo da própria evolução proletária na busca para suprir a suas próprias necessidades. Dotado da capacidade e da habilidade de produzir as ferramentas para transformar os recursos naturais de acordo com as suas necessidades, de forma a serem socializadas e compartilhadas dentro do espaço e do tempo necessário às necessidades produtivas e reprodutivas em que o aspecto coletivo sobrepõe o individualismo que por sinal, as classes que vivem da locação da força de trabalho como uma fonte de recurso para sobreviver negam a esse curso histórico em prol da individualidade. É evidente que se tem uma produção ideológica maciça, sobre essa força produtiva para a necessidade de

produzir; portanto, é desenvolvida uma propagação sobre a massa trabalhadora que, sem que se perceba, está lutando contra si mesma porque, esse individualismo, como busca da liberdade, opera na dispersão e a fácil apropriação sobre a categoria trabalho dispersa, para ser criada uma totalidade produtiva e barata.

Outro recurso utilizado pela Empresa na busca da alta produtividade foi o da qualidade total como instrumento da reestruturação produtiva e sua forma reorganizacional dos espaços na busca da produtividade e para cumprir as metas pré - estabelecidas, formam equipes, com a função de acompanhar o cumprimento das metas, do rearranjo produtivo, os patrulheiros da produtividade que percorrem os locais de trabalho, checando os selos com informações do rearranjo funcionais. Percebe-se bem que esse rearranjo na sua totalidade não está buscando o bem-estar do empregado e sim, um patrulhamento para cumprir as metas. Distribuem cartilhas e manuais, etc.; como um uma espécie de soldados da produção, com o objetivo de alcançar os resultados e que as metas sejam cumpridas, ainda mais quando há seguidores sobrando e em suas falas expressam sempre a obediência. É só fazer uma leitura, mesmo que artificial, da lógica que o descompasso se processa. Percebe por expressar continuamente a necessidade de vestir a camisa da empresa. Fazem brindes como a distribuição da pílula da desburocratização na forma de uma bala adocicada, são essas e muitas das ações empreendidas na década de 1990, pela CPFL, para expressar a necessidade de alinhar a política da Empresa de qualidade e quantidade que, em um futuro bem próximo, desenvolveria suas ações de enxugamento do quadro empregatício.

Não precisa o trabalhador desenvolver esse tipo de relação, o próprio sistema de produção atual de apropriar do modo de produzir, já o produz e, esse desenvolvimento é secular, ora como forma de condicionar o seu servidor às suas necessidades, ora para mantê-los dentro delas. Hoje e inclusive em pleno século XXI, essas práticas ainda perpetuam a todo instante e, diante de nossos olhos, como que todo fossem partidários dessas práticas destrutivas ocorre é que, essas ditas, se assim podem ser definidas, são desenvolvidas por uma minoria, mas se manifesta sobre a maioria absoluta, porque ao criar a dependência, fruto do desenvolvimento do falso individualismo como o desenvolvimento por Marx e Engels

(2001, p. 82) “[...] chegariam um dia o trabalhador a negação de si para se manter como tal.”

A partir da própria economia política, em suas próprias palavras, expusemos que o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção [...] (MARX, 2002, p. 110).

A cooperação é o modo fundamental da produção capitalista e o individualismo com ação de sobrepor o outro, é utilizada como sendo uma estratégia do sistema de produção do capital, gerada dentro das relações produtiva para extrair da cooperação o máximo que conseguir de produtividade, tomou o trabalhador como sendo uma forma dele se impor como tal produtivamente, que manifesta como sendo uma das múltiplas formas de ludibriar a força produtiva.

Essa dependência não foi uma escolha da classe proletária. Seu desenvolvimento é secular no seio do movimento operário para apropriação da mão-de-obra produtiva e que, esse desenvolvimento se intensifica e aperfeiçoa todo dia e a todo instante, cada vez aprofundando o antagonismo entre o capital e trabalho, com uma produção técnica ideologia para ludibriar o trabalhador. Ainda por meio da propaganda seduz o trabalhador a comprar o fruto do seu trabalho, ou seja, vieste comprar o fruto do seu trabalho não pago, pelo quanto o fiz escravo, mas como comprar, está excluído do mercado de trabalho, por ter produzido tanto, e, portanto essa exclusão foi produzida por si mesmo, sem ter o poder de comprar, resta assim e, portanto a mendicância.

Lógico que a economia política fundada na propriedade privada não teria senão como objetivo assegurar o controle dos bens, tanto na sua forma imatura, como de mercadoria a ser comercializada, como na forma de produzi-las nas mãos de uns poucos, construindo assim uma sociedade em duas classes, as dos donos de propriedades e os que nada têm os trabalhadores (MARX, 2002) a não ser a sua força a ser locada segundo as leis de mercado, que também, se não estão sob a tutela dos proprietários, manifesta-se para si. Assim, a necessidade de libertar de seus deuses terrenos que o impossibilita de enxergar o tanto quanto é explorado e, sua manifestação de agradecimento aos deuses pela exuberante

produção o impede de perceber que os Deuses o seu senhor e aquele que preparou um lugar onde possa trabalhar e assim produzir, não o vê como homem, só o vê como o fruto do seu esforço, seu trabalho, principalmente aqueles que vivem da apropriação do trabalho do outro e que os condicionam na prestação de serviços todos os dias cada vez mais.

Sequelas: não só no sentido terminológico, mas, como expressão de consequências irreformável, ao ser expresso na fala de quem os tem e suas mazelas passam a fazer parte do seu dia a dia, e essas enfermidades a ser parte natural do longo tempo de produção, porque o capitalista: “[...] não se ocupa dele no seu tempo livre como um homem, mas deixa esse aspecto para o direito penal, os médicos a religião, as estatísticas a política e o funcionário do manicômio” (MARX, 2002, p. 72).

O ganho com o avanço tecnológico não é redistributivo, e sim acumulativo, o capitalista ao investir em novos equipamentos, como a compra de uma nova máquina, com suas inovações tecnológicas que possibilitam uma maior produção, não o redistribuído como benefício para o trabalhador, ao disponibilizar esses recursos para poder ter uma maior produção. Esta exerce uma função de ter de produzir mais e com menor custo até o seu não aproveitamento como força produtiva pelos recursos introduzidos na nova aquisição, que pode eliminar não só um trabalhador como vários. É interessante esse relacionamento, o homem desenvolve os recursos, mas nem sempre esses recursos são para servir a todos, principalmente no mundo capitalista além de ser para o interesse único e exclusivo para a acumulação de capital, atenda a uma minoria.

O proletário não vende a sua força de trabalho ao capitalista que os compra como única e exclusiva força que através da mais-valia que faz nascer e crescer o capital (MARX, 1960) tanto em escala quantitativa como qualitativa, mas o capitalista não contenta só com essa forma de apropriação acumulativa. Assim sendo, e por meio de maquinário, ele descobre outra forma de acumulação além de mais barata com maior quantidade e com menor tempo porque o ritmo da máquina agora é quem dita as normas e reduz o operário a um mero fiscal ou impulsionado na máquina.

A produção em coletividade arranca a sensação de colaboração, companheirismo, produz e reproduz que o autônomo é um solitário e que vive isolado, que não é uma realidade. Seu trabalho é desenvolvido em sociedade, caso contrário não teria como fazer, ou seja, não tem para quem prestar seu serviço, construindo ou dando manutenção. O trabalho desenvolvido pelo profissional autônomo difere do outro modo de produção dito coletivo, que se assemelha a elos produtivos, se assim pode ser definido. Isso não quer dizer o ser humano como um simples elo, mas, a condição de produção dele imposta pelo modo de produção capitalista, assim os condiciona, sobre uma produção ideológica de unidade, a única unidade produzida por esse modo de produção nefasta de apropriação da força humana é a sua unidade de melhor produzir que, a todo instante, processa-se sem que perceba diante daqueles que o vende sua força de trabalho e que são pagos por uma migalha do que ele mesmo produziu.

No decorrer do século XX o pensamento, Marx e Engels (2000; 2001) desenvolvidas em obras com A Ideologia Alemã e Manifesto do Partido Comunista e a monumental produção de Marx (1960) O Capital revolucionou as teorias socioeconômica e são elementos interpretativos nos dias atuais, das formas e condições escravas imposta ao proletariado, e que atualmente está chegando a um estágio degenerativo da mão-de-obra produtiva, como ele já previa da negação humana de si para si do trabalhador pelas condições e formas imposta a exploração da sua força de trabalho, em que o sistema capitalista de relação trabalho e capital está desenvolvendo, já é, uma das formas mais devastadoras desenvolvidas pelo homem, em que os direitos e os bens “in natura” a ser explorado é para servir único e exclusivamente à acumulação.

Essa universalização que, terminologicamente é expressa como globalização e propagada como mundo globalizado, em que a mobilidade é o seu agente regulador das formas de extração da mais valia relativa e absoluta (MARX, 1960) quando as condições de trabalho e capital produzem o estreitamento dessas relações pela mobilização da categoria trabalho apesar de ser muito pouca essa unidade. Por força da necessidade de melhor remuneração da sua força de trabalho, vê-se obrigada a unidade para somar forças no enfrentamento das condições antagônicas entre trabalho e capital e, como estratégia, as empresas usam o

recurso de mudar para outras regiões, Municípios, Estados até outros Países em que as relações de trabalho e capital se desenvolvem com menor tensão, podendo assim manter a sua contínua acumulação, o que pode proporcionar uma locação de mão-de-obra abaixo das suas projeções.

Essa forma parcelar de trabalho utilizado na captação das novas variedades, não tem nada de social e de novos modos de captação de recursos dos tempos modernos (MÉSZÁROS, 1996), a não ser na condição de não aproveitamento do mundo de trabalho dos ativos. Quando da busca a sua sobrevivência para não roubar ou passar fome, ou seja, nutrir parcialmente para no dia seguinte caso esteja vivo ou em condições de estar de pé e, em condições de sair para recolher os entulhos, os materiais disponibilizados pelas ruas e terrenos baldios, produto do comportamento da cultura de um povo em que uma das funções básicas do Estado que é o ensino, a educação básica, não esta sendo efetivada, mas, que está dentro do planejamento das políticas de educação a serem desenvolvidas segundo os objetivos do capital, porque os métodos de ensino não expressam as necessidades elementares como educação, não podendo contribuir para sua emancipação humana e percepção como cidadão. Essa é uma das políticas de educação desenvolvidas pelo Estado sobre a óptica do capital, nas regiões periféricas e distante dos grandes centros industriais. No Brasil, especificamente as regiões do norte e do Vale do Jequitinhonha em Minas, carente de políticas voltadas para atender às necessidades elementares humana, que foram suplantadas pelo viver sobre as condições de miséria.

Essa universalização das práticas de exploração capitalistas desenvolvidas por meio da educação assemelha às políticas de ensino desenvolvidas na África em que, os pais veem no aprendizado a oportunidade que eles não tiveram de seus filhos aprender e saírem do ciclo de pobreza para não serem escravizados como eles foram, mas, os fundamentos do método de ensino desenvolvido não se expressam como sendo para o desenvolvimento intelectual, porque o que carrega em seus fundamentos não é o ensino como único e exclusivo conhecimento para o desenvolvimento intelectual, e sim um rearranjo dos mais novos e futuros escravos. Isso porque a qualidade desse ensino não rompe nem as barreiras do elementar, quando muito são direcionadas a uma formação específica

de qualidade para o capital e nunca para sua emancipação humana. Portanto, a fala dos pais dos meninos africanos expressão como sendo uma fala universal a lógica do modo de produzir do sistema capitalista e solidifica a sua maciça produção ideológica sobre a educação não como um meio de aprendizagem, mas como uma forma de apreender os seus futuros escravos. Por isso a fala dos pais dos meninos Africanos expressa como uma fala universal, nas regiões que o sistema capitalista implanta, visando apreender as diversidades ali reunidas por ele, e processadas pelo seu modo de produzir e reproduzi-las. Se a educação não estiver liberta dos fundamentos da classe dominante, será educado dentro dos princípios burgueses e para seus fins. Na análise de Marx e Engels (2000, p. 92) “[...] a educação comunista, apenas muda seu caráter e arranca a educação à influência da classe dominante.”

O trabalhador procurando libertar da forma de exploração de sua força de trabalho pelo capitalista, conta o tempo dia após dia que faltam para aposentar-se, nesse período paga um percentual sobre o seu salário, com o tempo determinado pela legislação, poderá solicitar a aposentadoria. Quando esse período está completo poderá solicitar o seu benefício, já de início não mantém o percentual que foi pago no decorrer do tempo de contribuição (BRASIL, 1991), que foi alterada em 1998, sendo introduzido o fator previdenciário que obrigando o trabalhador a permanecer um maior tempo no trabalho, para não ter o seu benefício reduzido, caso o trabalhador permanecer por um tempo maior no trabalho terá um fator de redução menor. Fixado por lei, o valor a receber não corresponde com o percentual que foi pago no período, deve ser equivalente ao teto que corresponde a dez salários de contribuição da legislação vigente, que é igual o teto de concessão de benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Com o passar dos anos este benefício não manterá à mesma proporcionalidade, com o valor inicial, que corresponde o valor do teto do Nacional de Seguridade Social, com o tempo o valor do benefício tende há uma redução decrescendo até o nível do salário mínimo, isto por que, esta perda do ganho tem um limite a ser pago pela constituição brasileira. Como percebe o trabalhador libertou de uma forma de exploração do capitalista para ser aprisionada pela exploração do Estado processado no declínio do quanto recebe. O trabalhador é escravo não só da classe burguesa como é também do Estado (MARX; ENGELS, 2000, p. 83).

Essa inversão da lógica social é que faz o modo de apropriação do sistema capitalista degradante, é sobre essa reinversão que se processa a sua acumulação e propaga-se a miserabilidade a todo ponto do planeta onde pratica-se essa forma de relação de produção condensando tudo e todos à forma de produzir a sua lógica acumulativa “[...] na qual não são os meios de produção que se acham a serviço do trabalhador, mas o trabalhador que se acha a serviço dos meios de produção.” (MARX, 1960, p. 117). O homem aqui é descartável, ele não tem mais nenhuma importância, a sua importância está naquilo que o faz e como o faz, caso contrário será substituído por outro descartável, igualmente armazenado pelo exército de reserva da unidade de milhares de desocupados, que o mundo de produção capitalista proporcionou e ainda os condiciona à condição excedente de aproveitamento, que o faz diferente por um tempo talvez até menor do que o que ele vai substituir pelo desgaste natural produzido pelo modo de exploração e da sua condição humana como força produtiva.

O trabalhador, ao vender a sua força de trabalho, ocupa-se do seu lugar reservado pelo modo de produção capitalista, portanto deve reproduzir o custo do seu parcial salário e, em seguida, reproduzir a mais-valia, tanto a relativa como absoluta. Sem perceber, esse modo de produção perpetua a sua submissão ao capitalista e ainda os propaga como parte de sua contribuição social como definido por Marx (1960, p. 105). “É sempre a cadeia eterna que mantém a sujeição, quer sobre a forma de escravidão, quer sobre a de servidão, quer sobre a de salário” e que tem a sua extensão na nova geração, de onde o capital extrai para construir a sua obra de reprodução incessante. Essa associação é secular quando de seus princípios iniciais por maior quantidade para a acumulação de capital.

A relação oficial entre o capitalista e o assalariado tem um caráter puramente mercantil, ou seja, tem uma relação de senhor e servido, assim o assalariado se põe a serviço do capitalista ele ao mesmo tempo, passou à dependência das condições de mercado de trabalho, sem perceber que a continuidade dessa forma de produção se funda na sua força de trabalho. Mas por que faz o assalariado esse negócio? Porque nada possui além da sua força de trabalho. Já o capitalista tem a seu dispor, todos os recursos necessários tais como: materiais, acomodação, locação e instrumentos necessários ao desenvolvimento e à

exploração dessa potência de trabalho, como também os meios necessários à manutenção da submissão dessa potência produtiva.

Nesse desenrolar dos fatos, faz-se necessário um breve recorte de como esse senhor é possuidor de poder da cadeia que alimenta a mais-valia relativa e absoluta. Graças aos senhores de beca preta, aqueles sentados à suas cadeiras de estofados vermelho, como arranjo obrigatório das altas cortes, aqueles que deviam zelar pela coisa reta. Esses procedimentos e segundo a legislação, que para Marx e Engels (2001). É ilusório acreditar que a lei repousa na vontade e na vontade livre, por sua vez o direito reduz-se à lei. Percebe-se que esta dentro da normalidade, por que, segundo as normas constitucionais não estão ali por sua livre e espontânea vontade, mas sim por indicação. Veja bem! Essa indicação é partilhada pelos representantes legislativos, aqueles que, estes explorados elegeram, mas não para legislar a favor do modo de apropriação ou da mais-valia relativa e absoluto, Marx (1960) percebe que o proletário vota contra a si mesmo, porque vota a favor daqueles que o exploram. Hoje essa relação se aprofundou ainda mais porque, como dito acima, aqueles que têm a função de normalizadores e organizadores da sociedade se veem legislando contra os interesses daqueles que o representam. Não é necessária uma análise muito profunda para se ter a ideia de que o antagonismo entre trabalhador e patrão é que se fundem as bases da acumulação do sistema capitalista que se intensifica na mesma proporção da acumulação, basta um olhar mesmo que superficial sobre as centenas de milhares que, a cada ano, soma-se ao exército dos excluídos do mercado de trabalho, mas, graças a uma variedade de formas manipuladas do sistema capitalista, ele consegue via consumo sobre a necessidade de consumir sem necessidade alguma, a não ser, a de produzir lucro para o capital.

Como parte constitutiva da acumulação, é apreendido de modo suave para atenuar a sua exclusão, porque sem o mínimo das necessidades básicas não sobrevive, portanto, e enquanto estiver vivo deve consumir e para manter ativo ao consumo recrutam via propaganda, às vezes, propagado por um dos excluídos pelo modo de produção capitalista que, além de expressar o seu conteúdo ideológico e nefasto, porque com vida o proletário a aquisição do fruto do trabalho não pago, o que produziu é o fruto da sua exclusão, por fazer do capitalista tão poderoso, pelo

tanto quanto fez escravo, prisioneiro de si mesmo, produziu tanto que hoje está excluído pelo excesso de produção fácil, reescrevendo assim o custo humano e historicamente, que é, nada mais e nada menos, que um rearranjo para manter o círculo acumulativo, sobre aquelas mesmas táticas, antes de libertar-se de uma forma de apropriação é aprisionado por outra (MARX, 1960).

A capacidade produtiva das máquinas associadas aos meios e recursos econômicos àqueles pela sua condição de servidor, dia após dia, possibilita a acumulação, tornando-a por conta do exército de reserva dos ociosos ora mais, ora menos necessário, como mero servidor não mais da máquina que mecanicamente dita o seu ritmo e os classifica como utilitários ou não. Isso, graças a um utilitário ou não dos recursos humanos que devido à condição associado a suas próprias limitações e exceto a habilidade que a avareza o condiciona ao homem de óculos escuros. Esse servidor pode elaborar um relatório sobre o fator de importância das máquinas maior do que o trabalhador e a habilidade do “operário”. Veja bem como a dependência condicional a servidão, “estado de alienação” só assim e, nessa condição, o produtor pode ser menos importante que o produto, por isto Marx, acertadamente, disse, não só sobre o operário, mas também o capitalista o capital escraviza não só o proletário, mas o patrão que, com os óculos do capital, o proprietário também o torna refém. “O próprio capital domina o capitalista” (MARX, 2002, p. 80).

Como termo, globalização era para atender à necessidade de cada um explorar onde o que bem e como quiser. Esse foi o fio condutor que, até então, a seguidores e propagadores não faltou que, Chesnais (1996) em sua obra “Mundialização do capital”, chama de os aduladores da globalização. Sendo as informações imprescindíveis e essenciais, percebe-se que são repassadas de forma já manipuladas ideologicamente (SANTOS, 2000). Assim, para seu desenvolvimento, um processo com ações conjuntas foi elaborado, as quais podem ser denominadas de a reestruturação produtiva, que obriga as Empresas a reformula em busca da competitividade, para poder produzirem com mais qualidade e quantidade com menor custo e maior extração da mais-valia; teoricamente, porque, até então, necessita de mais ferramenta para operacionalizar, fazer-se na prática. Para atender a essa necessidade imediata, surgem no Brasil, no início de 1990 as

chamadas parcerias, dando início ao processo de terceirização, e se intensificam a todo ponto de trabalho como uma mancha de óleo, que se derrama pelo mar.

Assim como para os aduladores a globalização via muito bem obrigado, já aqueles que vivem da locação da sua força de trabalho a realidade e outra da escassez de novas vagas no mercado de trabalho aos baixos salários, agravando ainda mais problemas já existentes como o emprego estrutural a concentração de renda e a deficiência do sistema educacional.

A historia de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a historia das lutas de classes [...]. No entanto, a nossa época, a da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classe: A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos, em duas classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 2000, p. 75-76).

Então esses processos de transformação se deram sempre pelo alto, ou seja, segundo um caminho que o Lênin (1974) chamava de via prussiana, quer dizer, essa tentativa das classes dominante de cooptarem segmentos das classes dominadas, e subalternizarem esses setores a uma política de caráter claramente burguês. Essa, auto-organização da Sociedade no regime de mercado, como também novos modelos de representação e aqueles a favor da ordem de acomodação o sindicato de resultado, assim como o proletariado votando contra os seus próprios interesses, vota, inclusive, a favor daqueles que o domina. Bem definido por Milton Santos. Onde a manipulação e a confusão do imaginário social são elementos essenciais à livre expansão do liberalismo.

A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. A quantidade do dinheiro torna-se progressivamente a sua única propriedade importante; assim como ele reduz toda entidade a uma abstração, assim se reduz a si no seu próprio desenvolvimento a uma entidade quantitativa. (MARX, 2002, p. 149).

No Brasil, as condições geográficas são um atrativo das Empresas que são favorecidas pelas políticas dos Governos Federal, Estadual e Municipal de incentivos fiscais a regiões menos desenvolvidas, onde as condições socioeconômicas e culturais dessas regiões dificultam a atuação dos sindicatos, proporcionando às empresas a propensão à mobilidade, vista pelos proletários como um simples fechamento ou mudança de Estado, Município ou local; sem que se

perceba, foi a sua própria manifestação; por isso que há necessidade da união, para manifestar como força produtiva, para um possível enfrentamento.

3.1 A cadeia de exploração da força produtiva

É interessante como e sem que se perceba, a criação da cadeia de exploração se manifeste, podemos até assim dizer, que é de forma até que orquestrada, e, isto mesmo, porque maestro tem com sobra, chegando até ao ponto da necessidade de refazer uma seleção com a obrigatoriedade de o elegerem pelo voto, que se não é ditatorial, basta ver as implicações que a ausência dessa dita prática democrática proporciona, principalmente naquelas ações dentro do modo de apropriação do sistema capitalista porque, além de ser exercido de forma coercitiva, há ainda os coloca na condição de mau caráter por não se submeter às leis de normatização de cidadania. Mas, e, por que esta condição de servo? Por que, é efetivado não sobre uma condição, mas sobre várias: tais com, ou, de ter de produzir o custo de seu salário e o restante do tempo que por sinal é bem maior, é para produzir o lucro para o capitalista. Segunda condição: a de assegurar a prática ilícita na aquisição do fruto do seu trabalho.

Esse recurso já fora desenvolvidos por Marx (1960) sobre a mais-valia, tanto a relativo como absoluto, que tem uma extensão nos dias de hoje, em pleno século XXI. Que é o pagamento de uma taxa mensal, quando de sua utilização das diversas unidades, sejam no âmbito associativo, educacional ou de assistencial, os que têm uma função de suma importância, a de contribuir para o lazer, bem como, da condição social do trabalhador proporcionando a assistência à suas necessidades, que manifestam nas unidades do Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Estaria a disponibilidade desses recursos desenvolvendo uma ação social se a sustentação das suas práticas não fosse fruto da mais-valia relativa e absoluta, veja bem, como esse processo funciona, como um maestro regendo uma orquestra, que é na realidade e uma orquestra mesma, composta pela unidade de milhares de explorado pela sua condição de escravo, que sobre o lucro, fruto da sua

exploração poderá construir núcleos esportivos, de educação, de formação profissional e de assistência, mas que, para poder usufruir destes deve pagar ainda a uma contribuição, que foi confirmada pelos trabalhadores da indústria, que tem filhos na escola; que contribuição! Que contribuição! Isto é o mesmo que pagar uma taxa do seu expelido ganho para usufruir dos benefícios que a mais-valia relativa e absoluta proporcionou, ou seja, pagar uma taxa da sua própria exploração. Por que os recursos com os quais foram empregados nestes conjuntos são fruto da sua mão-de-obra não paga. Pode até apresentar como social estas unidades serviço social da indústria, mas, desenvolve dentro dos princípios do modo de produção capitalista e para seus fins. Se, as relações, sejam elas educacionais, esportivas ou de aprendizagem, não estiver liberta das influências das classes dominantes, será desenvolvida para a manutenção da sua já aprofundada condição de servo, que, por sinal já fora desenvolvida por Marx e Engels (2000, p. 92) “Os comunistas não inventaram essa intromissão da sociedade na educação, apenas mudam seu caráter e arrancam a educação à influência da classe dominante.”

Observa-se, quando de datas comemorativas sobre os 3 mastros e até 4, que estão fixados, sobre este, estão hasteadas as bandeiras representativas, bandeira da Pátria, esta escrita ordem e progresso. Onde está este progresso, só, um segmento usufrui deste, o da burguesia! Mas, que não está lá especificado a uma classe, como não está a todas, mas por se tratar da bandeira da Nação, é para todos. Da mesma forma, essa representatividade se expressa nas outras duas: a do Estado Federativo e à do Município que, por sinal, deve guardar todo respeito, respeito este que deveria ser manifestando a todos os que representam do federal ao municipal, por ser uma só Nação, mas que manifesta como sendo da maioria explorada por esse sistema nefasto, onde essa representatividade, na verdade, confirma-se, como forma de produzir o lucro, o que se expressa na quarta bandeira, porque ela representa as unidades lucrativas que se justifica por estar hasteada, pelo menos simboliza os fundamentos pelos quais está ali fixada. Não pense que esta formalidade é espontânea, existe norma constitucional para esse procedimento.

Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento e sendo concentrada toda a produção propriamente dita nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra. Se o proletariado, em uma luta contra a burguesia, se constitui

forçosamente em classe, se, através de uma revolução, se converte em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, junto com essa, as condições dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe. (MARX; ENGELS, 2000, p. 96).

Até parece que estes procedimentos têm sustentabilidade, principalmente por estar fundado no discurso ambíguo, segundo os quais Marx (2002, p. 72) já desenvolvera, de que, “[...] o capital não se preocupa com tempo de vida útil do trabalhador.”, neste caso ele não está preocupado com o tempo de convivência social, mais sim, com mais uma forma de arrecadação, que por sinal foi muito bem elaborada pelo sistema econômico para ludibriar o trabalhador. Na prática a economia política moderna, sabe muito bem usufruir da generosidade proporcionada pelo Estado, que até, coloca-o na condição obrigatória de fazê-lo.

O trabalhador de início desenvolve a fala com um conteúdo fundado na degradação, ao comentar a perda do seu emprego e as condições com as quais vivia, com o passar do tempo o seu modo de vida vai condensando as mesmas, e, este modo de viver vai também ditando a sua fala á nova realidade, percebe até, que ele não queira, mas as condições a nova realidade exige um esforço que a sua própria condição pelo tempo em exposição às condições de servo, já não e mais suficiente para reverter este quadro adverso, que a divisão do trabalho impôs a massa trabalhadora, por que, até, então, o tempo de servidor produtivo, esta dentro de uma regra estabelecida a todos que vive da locação de sua força de trabalho.

Veja bem, como até nesta hora o Estado cumpri com a sua parte de normalizador das praticas capitalistas, ao isentar de subsídio por um determinado tempo à manutenção de sua vida como excluído do sistema de produção, pagando o salário desemprego, se não fosse partidário destas praticas, teria políticas direcionadas para que o trabalhador produzisse o seu próprio sustento.

Este modo de produção capitalista é mesmo causador de sequelas, porque se usarmos só a expressão ruim, da à impressão que pode ser melhorado, pode sim ser melhorado, a sua forma de apropriação, por isto que o uso de terminologias como sequelas, degradante e mazelas, reproduz melhor esta pratica, por ser irreformável, se mantido este sistema de produção e, é sobre estas causas

que se dá a sua apropriação. Marx (1960) ao falar do pauperismo e a miserabilidade, fundava suas observações na expansão e solidificação do sistema capitalista na exploração dos recursos humanos e naturais, que se confirma nas dezenas e centenas de milhares de desempregados que vivem abaixo da Linha de pobreza, já excluído até mesmo do exército dos ociosos pela produção capitalista. Já os recursos naturais, a resposta e a da fúria da natureza: Devastação, destruição pela fúria da natureza e é assim que os meios de comunicação expressa, como que a natureza fosse nefasta, nefasta mesma é forma propagada pelos meios de comunicação a serviço do capital, e como nefastos são as políticas públicas de meio ambiente.

Assim e lentamente prossegue no seu curso normal deixando o rastro de demarcação do que era seu e agora voltou a ser novamente dela, como pode ser de forma racional esta exploração, se a reconstituição na maior das vezes é, nos mesmos locais, sem que nenhuma providência seja tomada para mudar o modo de ocupação e exploração, como também a preservação da natureza. Essa interação do homem para com a natureza, de apropriação e acumulação, o mais rápido possível e dentro de sua vontade, mas, que se diferencia de sua necessidade, por que quando ela pensada processo dentro da viabilidade. Mas, no decorrer do tempo naturalmente à mãe natureza sobre põem a esta vontade, ao, em pó transformar; percurso este que tudo e todas as espécies não o evitara.

Ao compactar os recursos naturais como também os espaços dentro da sua lógica especulativa está ao mesmo tempo criando uma condição que o próprio sistema não tem como controlar, sua ganância em capturar tudo no mais curto espaço de tempo possível, anda na contramão da naturalidade do curso evolutivo as necessidades humanas, para a reprodução sustentável. Basta ver os últimos acontecimentos desde o início do século XXI. Especificamente na sua primeira década as várias catástrofes, como do Rio de Janeiro e recentemente a do Japão, o poder de reação da natureza a sua degradação está além da capacidade humana. Como se vê, o ser humano além de ser um dos menos resistentes paga a um custo altíssimo com muitas vidas expressando assim a irracionalidade desta forma de exploração em que a destruição em parte é da própria vida humana porque a natureza volta ao ocupar o que anteriormente era sua. Na sociedade capitalista o

caminhar lado a lado da alegria e da tristeza é uma relação de modernidade, porque até então esta produzindo riqueza.

Essa é, a verdadeira e real transferência, eles produzem a sua forma de vida na qual este estipulado o consumismo que é racionalmente necessário como meio de transformar em lucro a exploração do consumismo imaginário vende e massifica ideologicamente essas necessidades.

Uma das manifestações surpreendente é como os meios de comunicação desenvolvem suas programações, mesclando informações de cunho social com a da violência, como meio de socialização sobre o olhar de especialistas na medição de audiência, que para obter um índice, cujo resultado atende a necessidade lucrativa do investimento, acrescenta Ianni (2004) não mediram esforços para recorrer a um grau de maior impacto. Se não bastasse, os meios de comunicação com suas novelas, filmes televisionados e os reproduzidos nos escritos de grande circulação do, dia a dia, com poder de angariar numerosos seguidores, transformando os espaços sociais e familiares e um mercado livre. Agora são as chamadas músicas, se assim pode dizer de músicas, por trazer nas suas letras nada mais que a socialização da banalização da vida familiar; que, moralmente ou educativo nada tem. Produzindo assim o aprofundamento das condições adversas e, a degradação humana no sentido ético e moral, porque o que é desenvolvido nas letras de muitas dessas músicas, é, a crescente marginalização e uma crescente ampliação do número de forma até que assustadoras segundo as estatísticas da população encarcerada e dos números de alvarás com pedido de prisão ou mandado de prisão, que chega ter uma dosagem fatal.

Essa é a produção da sociedade moderna, e que tem uma indústria que investe grande volume de capital na disponibilização de tecnologia para a produção e reprodução, por ser lucrativa. Transformando as festas familiares com as músicas que são tocadas, em que suas letras não contem nada de social e animador, e que são reproduzidas sem ter o mínimo de respeito pelas crianças que ali estão inocentemente; estão ali com quem devia orientar, mas, não só, os reproduzindo as músicas, como manifestando a sua normatização. As crianças

sobre os olhares e atrativo dos doces os refrigerantes, como também para conversar e brincar com seus coleguinhas vão convivendo com tudo isto.

Assim, é que a produção e reprodução até para aqueles indefesos vão se processando com normalidade, e, criando assim as bases necessárias à expansão da violência, mas ainda, a socialização. Podemos até assim dizer! As pessoas são livres para viver e fazer o que bem e como quiser; este é um dos princípios básicos da sociedade moderna, como também é uma das contribuições para a construção da cultura da violência, já desenvolvida por Ianni (2004, p. 178) “Assim, alimentam o imaginário de uns e outros indivíduos e coletividade, em todo o mundo, [...] produzir o desastre, o terror e a destruição é produzir cultura e mercadorias, informação e entretenimento, lucro e mais valia.”

Com o decorrer do tempo os sintomas tornam irreformáveis, é, só, fazer uma leitura do mundo da violência como ele se opera, por incrível que pareça dentro dos presídios como as orientações são seguidas à risca fora do mesmo. É interessante que estas ações desenvolver como um trabalho, mas não como trabalho para emancipação e libertação do trabalhador, e sim para manutenção do seu aprisionamento, agora não como escravo do modo de produção capitalista, o mais como fruto das suas múltiplas formas de exploração para a acumulação e que culmina com encarceramento de milhares, processado pela cultura da violência. Mas, a um limite para tudo isto, a vida o viver necessita das relações sociais, esta indústria de degradação não vai durar o tempo todo, por que também, correrá o risco de ser destruída, sem que perceba o cidadão está ao mesmo tempo impondo a sua limitação, de ser que se pode transitar, em ser com transitar restrita, determinada pela própria lei da imposição, da exclusão até eliminação como noticiado pelos próprios meios de comunicação que, não só faz parte de seus noticiários, mas também são aduladores. Como desenvolvido por Karl Popper (apud IANNI, 2004, p. 179) “A violência, o sexo, o sensacionalismo são os meios a que os produtores de televisão recorrem mais facilmente: é uma receita segura, sempre apitar a seduzir o público. E se este acaba por se cansar, basta aumentar a dose [...]”

Percebe-se que a comercialização desses produtos ainda não chegou ao comércio formal e, é comercializada na informalidade como uma espécie de

eliminar as restrições à banalização ali expressa e, de forma a perceber, vão sendo aceitas na sociedade, como sendo lucrativa, sua produção transita por uma fortíssima indústria formal e faz parte da cultura da violência:

Mesmo porque essa vasta e crescente produção é fabricada contínuo, intensiva e extensivamente pela indústria cultural, entendendo-se que a indústria cultural é um setor econômico, financeiro, tecnológico e cultural em que se investem vultosos capitais em Empresas, corporações e conglomerados nacionais e transnacionais. (IANNI, 2004, p. 178).

O mundo do trabalho tem inserido como forma de produzir uma relação perigosa em que tudo e todas as formas que geram lucro sejam trabalhadas e viáveis, até mesmo quando essa exploração chega à prática psicológica e social com nenhuma contribuição para o bem-estar social, a não ser para aqueles cujas ações expressam uma condição de não serem atingidos: o mundo é de todos e para todo; são constatados nos boletins de ocorrência, nomes de pessoas de todas as classes independentemente de formação e poder econômico. A mãe natureza expressa bem essa relação de exploração de seus recursos sem limite que, em sua fúria demonstrada em muitos acontecimentos, apesar de ser, uma fonte rentável a muitos meios de comunicação, que também serão acomodados no seu curso normal à suas reações. Bom seria se a natureza enxergasse, mas ela não é para uns, e sim para todos, mesmo com suas ações adversas, a produção destrutiva invocada do sistema capitalista, na análise desenvolvida por: Ianni (2004, p. 170) “Estão profundamente marcadas pelas relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica próprios do capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório.”

O discurso ambíguo já não é para confundir o imaginário social e pesar nos debates políticos (CHESNAIS, 1996), e sim manifestos para legitimar as práticas da indústria da violência, porque são propagáveis como produções, e não como degradação e banalização da vida social, mas porque manifestam-se, na sua lógica de apropriação e acumulação, e não para o social.

Por que, ao mesmo tempo em que processa a ampliação de milhares de desocupados pelo sistema de produção capitalista, sobre esta mesma e criada uma nova prática de apropriação via a rotatividade dos ociosos, por ele mesmo

produzido, mas que não processa no reconhecimento da produção destas sequelas, por que, para o capitalista tanto faz, por que eles não dá à mínima importância a estas enfermidades, como também não tem nem uma responsabilidade sobre as mesmas (MARX, 2001); mas, com o olhar de aproveitamento desta potencia vulnerável com menor custo, sobre muitos dos que o desgaste produziu pelo longo tempo de exploração da sua força de trabalho tornaram descartável para o sistema de produção capitalista.

A sociedade se coloca de forma passiva quanto à degradação do trabalho e do trabalhador, em nome do desenvolvimento econômico, político e social. E, entendemos ainda, que o processo introduzido pela globalização da economia que produziu mudanças em todos os envolvidos nas relações de trabalho, ou seja: patrões, empregados, sindicatos e sociedade em geral.

Sendo instrumento da reestruturação produtiva, o trabalho terceirizado representa fonte acolhedora da mão-de-obra desvinculada da grande indústria; e, é a forma de uma nova relação de emprego precarizado, da subproletarização do trabalho parcial e quase sem garantias trabalhistas; imprimindo, conseqüentemente, novas relações de trabalho, capital e representação, onde o trabalhador assume o ônus da precariedade.

A utilização extensiva da terceirização/ subcontratação conduz a um agravamento das condições de trabalho e a um aumento do grau de informalidade do mercado de trabalho. Em nome da produtividade e da competitividade atribui-se a firmas “terceiras” tarefas anteriormente realizada pelas Empresas principais. No entanto, diante de um mercado de trabalho pouco qualificado e com grande disponibilidade de mão - de obra, a economia de custo tem efeitos devastadores sobre a oferta de empregos (RAMALHO, 1997, p. 88, grifo do autor).

A terceirização se apresenta também como forma de dispersar a classe trabalhadora com a diminuição de salários; a contenção de despesas e a propagação das desfiliações. Vale ressaltar que a falta de representação agrava ainda mais a condição de quem vive da locação da sua força de trabalho, ficando cada vez mais dependente das condições que o sistema oferece. Já para as empresas, o processo de terceirização caracteriza uma estratégia de “redução de custo”, mas que se manifesta também na forma de inúmeras fraudes

trabalhistas e da degradação das condições de trabalho (MEIRELES FILHO, 1998, p. 314). Pode-se dizer que terceirização é parte do processo de produção das empresas tanto nacionais como internacionais para extração de maior mais-valia da população crescente dos ociosos que o mercado de trabalho o disponibilizou.

[...] a crueldade estúpida se autodenomina liberalismo (estamos massacrando vocês e seus filhos ao eliminar o bem-estar social para o seu próprio bem), e vocês são "afastado ou despedido - ou desqualificado, terceirizados, reduzidos. (É fascinante como muitas destas palavras desalentadoras são absolutamente novas)" (MARSHALL BERMAN, 1998, apud MÉSZÁROS, 2004, p. 39, grifo do autor).

Nesse segmento lógico, a representação sindical, cria um dos primeiros entraves a ser eliminado ou, no mínimo; fragilizado. Isso ocorre também por serem os sindicatos levados a questionar a legalidade do serviço terceirizado, e se deparam com o anunciado "331 do TST" (BRESCIANI, 1998, p. 209) legislando favoravelmente à terceirização: O Estado que tem a função de normalização social, opera na contramão do interesse do proletariado, formalizando a atividade de serviços terceirizados, que se estende num horizonte sem fronteira e expressa segundo a nova tendência da época e desenvolve a sua evolução fisiológica, na qual quem se opuser está excluído do mercado ou excluíram mercado sem pátria e fronteira lucro sim com ideologia e pátria. Marx em A Ideologia Alemã. Não só as relações com o capital se tornam insuportáveis para o operário, mas também o seu próprio trabalho.

Tendo sido relaxados certos dispositivos, facilitou-se o enquadramento de um processo de terceirização como válido, (Enunciado 331 do TST). Em termos legais e institucionais os esforços do movimento sindical foram poucos frutíferos, e mesmo a regularização do trabalho em cooperativas abre brechas para uma flexibilização precarizante dos contratos de trabalho pelo recurso à terceirização através de organismo produtivos desse tipo (BRESCIANI, 1998, p. 209).

Neste contexto, percebe-se a verdadeira contribuição do sistema atual que é passível de vários questionamentos: Isso é evolução ou retrocesso histórico? Estamos evoluindo ou retroagindo socialmente? Está a sociedade, à mercê de um único sistema: produzir, reproduzir, comer quando der como no princípio da existência? Isto é evolução ou condução? Pois evolução subtende que todos evoluem nas mesmas condições.

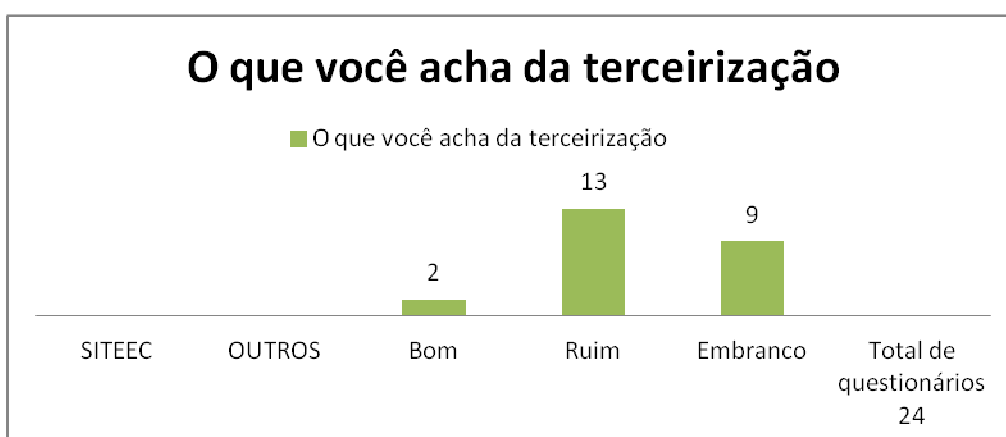
Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção (MARX, 1983, p. 211).

A imposição de produzir e tamanho e inversamente proporcional o repasse a fonte geradora desta acumulação, expressando cada vez mais a desigualdade social e ainda cedente da generosidade, é, este tipo de relações que o mundo globalizado proporciona a universalização da miserabilidade, a todo ponto do planeta as relações de trabalho são as mesmas, alta produtividade e baixo custos.

E esta incansável atividade do capital continua a transformar a vida social quase que diariamente diante de nossos olhos, sem cuidar em que ao assim fazer está criando uma situação na qual a vida social torna-se cada vez mais impossível. (BRAVERMAN, 1981, p. 218).

Outro aspecto a ser levantado está no avanço da terceirização que se apresenta como uma opção de trabalho ou uma forma de locação da mão-de-obra barata; uma estratégia de maior produtividade em um espaço cada vez menor da área produtiva da grande indústria. Atualmente, podendo chegar ao que se denomina quarteirização à qual podem ser apontadas visíveis irregularidades trabalhistas, como a redução de salários e a contenção de despesas (MEIRELES FILHO, 1998). O que leva também à percepção do fato de que muitos dos associados deixaram a condição de afiliados do sindicato e, a percepção da crescente diminuição dos filiados pode afetar de modo significativo a representação da classe trabalhadora.

Gráfico 4 – A manifestação dos eletricitários sobre a terceirização.



Fonte: Benedito Romualdo de Miranda

A terceirização consegue ao mesmo tempo com degradação das condições e relações trabalho imprimir uma relação de seleção natural, pela via da voluntariedade e disponibilidade a que esta associada em maior parte na juventude e foram percebidas com que velocidade pelo capital, ainda mais que esta caracteriza se manifestam nos chamados primeiros empregos, que além de ser uma mão-de-obra barata e sem qualificação são seus futuros servidores. Assim consegue moldar dentro as relações atuais de trabalho.

A solidificação da terceirização processa no inverso a minimiza do pauperismo, mas na ampliação de um número cada vez maior da miserabilidade, sua lógica está fundada no número cada vez maior de desempregados, porque suas ações se propagam ininterruptamente na fragmentação, na dispersão e na degradação da classe que vive da locação da sua força produtiva. Assim, o olhar dos capitalistas se movem cada vez mais para as camadas lazarenta dos servidores ansiosos e ociosos à espera de um explorador. Este conteúdo só não é uma expressão massificadora porque está expresso na fala daqueles que vivem do processo de exclusão do trabalho e confirmado nas informações quando da utilização dos questionários, junto da categoria pesquisada, que para 68,14 por cento a terceirização é tida como ruim, e que é uma forma de diminuir responsabilidades e salários, além de que o desenvolvimento da terceirização deixou de ser uma estratégia de produtividade, passou a ser parte do processo de produção do mundo globalizado.

O fundamento da reestruturação produtiva expressa duas realidades: a do capital que busca a qualquer custo manter a sua pujança e o sindicato a se reformular mediante as condições impostas pela nova ordem de relação capital e representação. Formulando uma nova face de atuação sindical, em que as práticas de década anterior de enfrentamento – que por sinal atenderam às necessidades da época e solidificaram o movimento sindical, já não atendem às necessidades atuais do mundo do trabalho, da desregulamentação, dos direitos e das conquistas; a precarização das condições e relações de trabalho como sendo parte do processo desenvolve dentro dos fundamentos do mundo globalizado.

Otávio Ianni, ao comentar os princípios básicos que diferenciam a análise dialética marxista dos outros principalmente sobre os quais Marx consumiu décadas de estudo debruçadas as obras dos autores como também o fazem referência de pontos positivo no curso de suas leituras. Assim sendo, suas descobertas se diferenciam por levantarem dados de falta de continuidade das análises e principalmente por não conterem ali contribuição para superar as anormalidades do mundo do trabalho, que o fez, na maior parte de seus escritos, essa discriminação exigente de aprofundamento da própria interpretação do real, em direção da busca da compreensão das anormalidades que as permeia com suas contradições, que o diferencia. Sabemos muito bem que ao se apreender o real na sua totalidade, ou teremos o processamento de suas anormalidades no decorrer do seu curso normal (natural) processada nas múltiplas - singular universal e particular aparência.

[...] o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar nele. Quantos crimes, guerras, assassinos, misérias e horrores não pouparia o gênero humano aquele que, arrancando as estaca ou enchendo o fosso, tivesse gritado: aos seus semelhantes defendem vos de ouvir esse é um impostor; estareis perdidos se esquecer de que os frutos são de todos e que a terra não pertencem a ninguém (J. J. ROUSSEAU apud IANNI, 2004, p. 173).

O que é lícito foi sendo substituído pelo ilícito, a apropriação; o que é surpreendente é que esse desenvolvimento é dentro de uma normalidade que até apresenta como certa nas relações de reciprocidade entre as pessoas. Está certo que estas ações estão desde a existência humana, como na indústria, a relação capital e trabalho normatizado pela legislação trabalhista, em que um dos seus princípios não perderam a fidelidade com os princípios do direito privado do período do feudalismo desenvolvido por Marx e Engels (2001), o direito de usar e de abusar, ou seja, quanto mais apropriado mais posso apropriar:

Assim, adeptos e emancipadores é que não faltaram dessa forma de legitimação que se expressa e confirma nos discurso dos políticos , quando na transferência de recursos do contribuinte para estabilização de empresas via BNDES, ou, a doação de áreas públicas, como também a isenção de tributos por um período determinado para a construção de indústria para atender a sua expansão,

sobre o discurso da geração de futuro novos empregos, mais dentro das condições e práticas capitalistas, deixando assim de fazer a redistribuição igualitária, porque esta não produz nos discursos políticos e ideológicos impactos como a propagação da instalação dessa nova unidade da indústria que produzirá centenas de novos empregos diretos e indiretos. Veja bem como esse discurso é propagado: uma relação que pode chegar até mesmo à informalidade: como são generosos!

Para reconhecer como operário é indispensável que esse reconheça o capitalista como patrão. Tal reconhecimento é, ao mesmo tempo, uma condição fundamental da existência e negação. Para afirmar-se como capitalista, o capitalista precisa não só apropriar-se do produto do trabalho excedente não pago, mas também reconhecer o produtor de valor excedente a mais-valia, que aparece na sua consciência como lucro (MARX, 2002). Como sendo um dos princípios do sistema capitalista e incorporado rapidamente pelos donos da produção, sobre aqueles que o servem, e que apresenta como um mero vendedor de sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, produzindo assim a relação básica de dependência, alienação e antagonismo entre o operário e o capitalista.

A globalização vista como uma idealização do modo de produção capitalista manifesta nas interpretações nacionais e internacionais e transnacionais. Seus efeitos começam a ganhar intensidade na vida social refletindo nas produções intelectuais, codificando novas formas de vida aos indivíduos e à sociedade, sob uma perspectiva de pós-modernidade com um olhar futurista, elevado ao mais alto grau de consciência, a classe operária de sua capacidade produtiva, para que, sob essa base produtiva possa solidificar a sua acumulação.

O trabalhador, ao lutar para melhorar o seu salário e sua condição social, está lutando ao mesmo tempo dentro da condição de explorando, “[...] a um momento em que o proletário se manifestará submisso já não mais ao capital, mas a si mesmo, pois encontrará ao lado do instrumento de trabalho dado que e ele mesmo.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 78). Essa busca não contém elementos que expressa o seu rompimento com as condições antagônicas entre trabalho e capital, mas, de acomodação e conformismo.

Com uma visão de um proletário especializado e consciente da necessidade da formação profissional, esta sim, seria a alavanca de todo o sucesso dessa massa revolucionária, no sentido, de uma nova relação entre trabalhadores e patrões, com conquistas sociais básicas à sua sobrevivência, com a visão de melhores dias e condições de trabalho, e que essa força estivesse sempre voltada para o interesse da coletividade, alicerçada no conhecimento, que dias melhores virão, consciente das armadilhas (MARX, 1960; 2002). Produzem nessas obras os fundamentos do qual o sistema capitalista utiliza para ludibriar o trabalhador, como e também sobre os falsos pensadores “tecnocratas”, que, sabendo bem os benefícios em prol os trariam um movimento deste tipo; resolveu servir as classes dominantes orientando sobre o risco em que estavam correndo.

Consciente expresso na eficiência de servir e, inconsciente ao negar a si como um prestador de serviço, assim manifestam as ações dos tecnocratas, mas a, evolução da gama de servidor proporciona a seleção natural dos que andam como servidores, mas não pensam como servidores, falam como servidores, comportam-se como servidores, mas não pensam na sua condição de servo, porque comportando com tal, mas: o tique taque do relógio que os digam, o quanto tanto é escravo.

Essas mudanças em curso deveriam ser implantadas com a adesão da classe trabalhadora com parte dela e não como um simples arranjo produtivo, mas sim com a sua valorização. Para que isso ocorra, a categoria deve ser unida no sentido de que a mão-de-obra produtiva seja uma parte dessas transformações, superando os macros de um simples ajustes produtivos, como desenvolvido por (MARX, 1960) “[...] não é a produção que se aperfeiçoa e o homem quem aperfeiçoa o modo de produzir acelerando ou retraindo esse movimento.”, deve o trabalhador ocupar o seu espaço como elemento central, não sendo submissas às condições a ele imposta pelo capital, os valores são inversos é homem quem faz a produção.

A movimentação global não é e, não pode ser uma força produtiva, mas sim um movimento especulativo; deve a massa trabalhadora não só conscientizar de que ela sim é uma potência produtiva global e não humana mera moeda de troca, e que deve ser o movimento rotativo, o eixo central de partida,

organizando-se e somando forças, atentando-se contra as infiltrações puramente idealizadas e não ideológica de povo, nação categoria sólida e solidária; não podem correr o risco de tornar-se isca barata, de grande contingência “faça o que e mando não o que eu faço” e o mesmo que seja mais obediente e menos questionativos.

Não se podem reduzir as implicações da inovação tecnológica ao seu aspecto mais visível a substituição do trabalho humano pela máquina. Ela muda também a compreensão de espaço e de tempo, sobrevalorizando o conhecimento como fator competitividade e até propicia uma nova forma de viver mais, a relação com o mundo e com o outro é medida pela máquina (MARX, 2002).

Como a abertura de mercado intensifica o expansionismo no Brasil com estratégias de produtividade, suas primeiras ações foram desenvolvidas sobre os carros mil para atender às camadas populares via generosidade e evolutiva da indústria automobilística em desenvolver um carro popular e incentivada pelo Estado. Mas sem as mesmas generosidades para os consumidores porque os mesmos não trazem consigo um ganho na quilometragem com 1 litro de combustível. Na década de 90, o expansionismo foi via lâmpadas de 60 w –127 volts, sendo substituída pela de 60 watts – 110 volts que tem menor luminosidade e as mesmas apresentavam menor tempo de vida útil, lógica que foi dentro de uma legislação, uma solicitação da indústria e atendida pelo Estado.

Esse é um dos vários recursos das atividades que o sistema tem para manejar suas ferramentas vestidas da satisfação do próprio consumidor. Percebe-se que o consumidor aqui, em nenhum momento, foi informado de reais alterações, como não pode ser informado porque, as mesmas trazem no seu bojo benefícios reais não ao consumidor, mas à alta lucratividade, que para Mézáros (1996), esta blindagem fica explícita, porque o sistema de produção capitalista evita cuidadosamente falar sobre os fins e benefícios da real expansão. Essa anfibologia desenvolvida pelos meios de produção capitalista e que (CHENAIS, 1996) define-se como sendo um dos recursos utilizados nos discursos daqueles que têm o poder e esta associada ao interesse da burguesia, para confundir e pesar nos seus discursos ideológicos e confundir o imaginário ideológico das classes subalternas.

Por inverter e subverter a lógica social às suas necessidades de acumulação é que faz do sistema capitalista degradante, porque e sobre estas práticas que mantém o seu círculo acumulativo propagando a miserabilidade a todo ponto do planeta onde se pratica essa forma de relação de produção condensando tudo e toda a forma de produzir a sua lógica acumulativa “[...] no qual não são os meios de produção que se acham a serviço do trabalho, mas o trabalhador que se acha a serviço dos meios de produção.” (MARX, 1960, p.117). Assim, o ser humano já não tem mais nenhuma importância, a sua importância está naquilo que o faz e como o faz. Caso contrário, será substituído por outro descartável igual armazenado pelo exército de reserva da unidade e centenas de milhares de desocupados, que o modo de produção capitalista produziu e ainda os condiciona à condição de aproveitamento que o faz diferente por um tempo talvez até menor do que, o que ele vai substituir pelo desgaste natural produzido pelo modo de exploração da sua condição humana como força produtiva.

Ao processar essa vulnerabilidade, que transita ora sob uma ação, ora sob outra, como condição para produzir o desconforto que “[...] compreende – se, pois, toda a tolice da sabedoria econômica, pregando que o operário acomode o seu número às necessidades do capital.” (MARX, 1960, p. 116). Como sendo uma produção secular do modo capitalista, essa apropriação se difere do século XV, no aspecto tecnológico e no conteúdo ideológico para apropriar-se da força humana sobre o jugo do capital. Com a acumulação, essa ansiedade intensifica-se à medida que expande o poder de compra do capitalista na locação da força de trabalho para a acumulação do capital via mais-valia (MARX, 1960).

Ao precarizar as condições mínimas de subsistência do trabalhador também e ao mesmo tempo, o seu pensar e agir como racional e humano, por não estar suficientemente nutrido. Portanto, encontra psicologicamente e fisicamente, debilitado. Nessas condições, o antagonismo não se processa mais, foi suplantado pela necessidade da sobrevivência que o condiciona à submissão. O trabalho que até bem pouco tempo representava uma categoria central, ou seja, o trabalhador, o mundo do trabalho, as relações de trabalho, a classe operária, o proletariado deixou de ser uma categoria central no sentido de ser um elemento fundamental de

sociabilização, como elemento centralizador e organizador da sociedade (IAMAMOTO, 2001).

Primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto de toda história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer a história”, mas para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se é outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material (MARX; ENGELS, 2001, p. 21, grifo do autor).

O capital, nessa reflexão, não visa e nunca visou ao bem-estar social, mas sim à sua expansão, visivelmente expresso na necessidade de produção que está associada à necessidade de consumo; ou seja, atender à demanda crescente de consumo “consumidores” em função da crescente demanda de consumidores que graças a expansão da indústria pode proporcionar o ingresso e o reingresso no mercado de trabalho. Essa falsa necessidade, como sempre, o capitalismo se omite da sua real expansão qualitativa e seus fins que até. Hoje a maioria absoluta não sabe como e não pode saber. Aqueles que consegue manter o seu vínculo empregatício, mas, até quando não se sabe; só entende que está empregada e assim poderem adquirir parcialmente os bens necessários à manutenção das suas necessidades básica de subsistência, em que também o capitalismo não dita quais são esta. Como manipulam as propagandas de forma a ser vinculada segundo seus interesses, sendo os meios de comunicação essenciais e necessários e que não medirão esforços para garantir o suprimento desse direito socialmente, político e humano, tendo nos seus aduladores essa função propagativa, sem que perceba que eles também são seus prisioneiros.

Com manutenção das condições dos meios de comunicações como a televisão, à escrita, como direitos democráticos e sociais imprescindível dos tempos modernos que são. Ao utilizar dos meios de comunicações como a televisão à escrita para propagar o sistema capitalista, propaga um conteúdos que não expressa relações democráticas, do direito de pensar, fazer e agir, como cidadão livre! Livre do quê? Livre em que, se, as condições e forma de relações capital e trabalho impostas pelo capitalismo expressam liberdade em que fica a opção de locar sua força de trabalho sem a extração da mais-valia. Sem ter de realocar sua força de trabalho sem ter de submeter a uma jornada de trabalho maior que a fixada

por lei; sem ter outra opção porque tanto faz trabalhar na indústria X ou na Y. No final do mês, a locação de sua força de trabalho não é suficiente para aquisição dos bens necessários que devem compor uma cesta básica. Assim sendo, ele não é livre, só pode ser livre quando tem outras opções, que aqui não estão asseguradas a essa opção; portanto, não é livre e torna-se prisioneiro deste sistema nefasto que, por sinal foi bem desenvolvido por Marx e Engels (2001, p. 72) “[...] não só as relações com o capital se tornaram insuportáveis para o operário, mas também o seu próprio trabalho.”

Ao criar a dependência, a mesma produz a submissão e assim concomitantemente a ordem inversa, como dar um passo à frente e logo um passo atrás, que mais parece uma ação confusa e, ao mesmo tempo o é, como também é produzida. Isso porque é sobre esse vai e vem que esta classe trabalhadora, se não locar a sua força de trabalho abaixo do preço de mercado, não tem emprego e não tem como comprar o que comer; assim, é obrigado a submeter à locação de sua força de trabalho ao baixo custo, para não passar fome; mas e, ao mesmo tempo, não está nutrido o suficiente para viver como humano.

Essa debilidade proporcionada pela forma e condições de relacionamentos produzidos pelo modo de produção do sistema capitalista leva quem vive da locação de sua força de trabalho a camadas inferiores as necessidades como trabalhador e como humano, com uma velocidade degenerativa, levando-nos à percepção de que os danos causados pela forma e condições impostas pelo capital na sua formação, produziram sequelas das quais agora não se sabe como gerir suas mazelas que por sinal foram muito bem desenvolvidas por “Milton Santos”, na sua obra “Por uma outra globalização 2000”. Enumerando, em meio século, três definições de pobreza. Como e silenciosamente esse sistema capitalista perverso foi condicionando a classe trabalhadora a condições humanamente degradante: Em seu primeiro estágio, a pobreza incluída, que pode ser chamada de acidental até mesmo sazonal. Depois a segunda que é estudada como uma doença da civilização e admitida como passível de correção a “marginalizada”, produzida pela divisão do trabalho, que é uma das ferramentas do sistema capitalista. Já a terceira, a “pobreza estrutural” que, do ponto de vista moral

e político equivale a uma dívida social, mas, sendo uma produção do sistema capitalista se processa como a universalização da pobreza.

Essa produção é confirmada e expressa como um conteúdo já aprofundado nas manifestações dos trabalhadores, tanto pelo uso da observação direta como e também na utilização dos questionários junto dos sujeitos da pesquisa, sendo: a primeira; a comentada: a consciência de que a condição e fórmulas desenvolvidas de redução do custo da sua força de trabalho impossibilitam que o valor da venda de sua força de trabalho seja o suficiente para aquisição dos bens necessários para suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência. A segunda: a adaptada: encontra no estágio intermediário de pleno raciocínio da busca dos objetivos, é nesse estado, que surgem os primeiros sintomas de vago memoriais que as condições aviltantes impostas à mão-de-obra produtiva impossibilitam de distinguir como necessário ou não a aquisição de tais bens necessários, que até então faziam parte de sua cesta básica mensal de alimentos. A terceira: a assumida: submissa a si mesma, já no estado de queda, pois as condições impostas à locação da sua força de trabalho não se fundam sobre o tempo de experiência, e sim, sobre qualidade e quantidade com menor custo, colocando-os às margens do não aproveitamento.

Nesse estágio se vê excluído como força produtiva, pois as condições de enfrentamento foram debilitadas como meio sustentável para atender as suas necessidades básicas para o desenvolvimento do raciocínio ao enfrentamento, e, já é admitida como normalidade. Isso porque, no mundo globalizado, as sequelas produzidas pelo modo de produção atual estão atendendo às necessidades de produzir para acumular da classe dominante sobre aqueles que o serve e do olhar obscuro do Estado arrecadador.

Assim as anormalidades passam a ser trabalhadas dentro da lógica capitalista onde tudo é transformado em lucratividade para o capital descrita por Mézáros (1996, p. 66). Uma vez que os interesses, objetivos e os imperativos estruturais da expansão produtiva do capital exigem que todas as formas de capital sejam “postas para trabalhar”, dó, andarilhos aos vagabundos, anteriormente inúteis. Agora qualquer tipo de trabalho e de mercadorias a serem produzidas são aceitos

pouco importa desde que sejam expansivos tudo se resume à mesma coisa. Assim também tanto faz se o trabalho é estável ou não, como também a sua duração e, se as condições de trabalho são sociáveis e se asseguram às condições de aquisição dos bens necessários à sua sobrevivência; assim, já não, mais aderindo às condições descritas no O Capital por Marx e Engels (1960, p. 72) e defendida pelos economistas burgueses, de que, quanto mais engordam o capital melhor trata seus escravos. Agora estão tirando até o mínimo necessário da sua condição de servidor porque ainda estão de pé e se movimentam; assim, não mediram esforços para que seus movimentos sejam na direção do lucro para o capital.

A continuidade de exploração que Marx (1960) fala em O Capital muda os sistemas ou reaparela elimina as estruturas e gera novas formas de exploração, por uma nova classe dominante, e o que o sistema capitalista não só sabe fazer. Com o processo da globalização, essas relações ficam mais explícitas. Antes, as relações de trabalho seguiam normas de seus pais, como ela unificou estas relações, que até podem seguir os fundamentos de cada Nação, mas seus princípios se fundem em um só à extração do lucro no menor tempo possível. Na atual conjuntura, as informações que são constituídas como essenciais e imprescindíveis já são repassadas, de forma manipulada ideologicamente (SANTOS, 2000). Essa, se não é a mais violenta, é uma forma violenta de se fazer violência. Por quê? Ao omitir o real e transmitir ou repassar uma sensação de que é bom, cria-se então, um cenário perverso.

Essas exaustões produzidas na busca da alta produtividade além de produzir o encurtamento do tempo de vida do trabalhador ainda o condiciona como não utilizável, pelo ritmo imposto a força produtiva, marginalizando o pela contingência disponibilizada no mercado a ser utilizadas a qualquer hora e, se possível em condições já aprofundadas de exploração sobre a nova contração.

A grande indústria jamais conseguiria produzir os resultados exigidos se não encontrasse a seu dispor disponibilidade de forças produtivas a serem exploradas sem restrições, e que deveriam suportar as condições a eles impostas para não passar fome porque não são considerados como humanos: “[...] mas como

instrumentos de produção, que deve produzir o mais que for possível e custar o menos que puder.” (MARX, 2002, p. 79). Mas isso ainda não lhe assegura a condição de servo, mesmo executando os trabalhos mais penosos, que para a sua execução sacrifica a sua condição humana é ter o menor custo para a execução desse trabalho, mesmo assim, essa necessidade de aproveitamento está associada às necessidades da indústria e ao seu desligamento às mesmas. Esta é uma das muitas práticas desenvolvidas pelos meios de produção principalmente no início do século XXI em que as condições e forma de apropriação estenderam-se como as descritas por Marx (2002), basta um homem que tem um pouquinho de percepção a perceber a forma de apropriar do trabalho do outro, para a acumulação de capital que, mais rápido possível, apresenta-se como comprador da força de trabalho que a economia moderna solidificou.

Essa prática está no trabalho desenvolvido pelos trabalhadores que prestam serviços ao consórcio acionário da Empresa do setor elétrico do Estado de São Paulo após a concessão por tempo determinado do patrimônio público. Quando estava no regime de autarquia, constava em sua norma que o leiturista para realizar a tomada de leitura ou efetuar a entrega da fatura de energia elétrica ao consumidor, um total de quilometro a ser percorrido, visando à condição física do empregado. Conforme constatado, quando da observação direta junto dos empregados, que realizam o mesmo serviço na condição de terceirizado. A quantidade percorrida está em torno do dobro e o salário corresponde à ordem inversa. A condição física do empregado não sofreu alteração, está percorrendo o caminho desenvolvido na análise a seguir: “[...] que o capital não se reduz ao roubo ou à fraude, necessita, entretanto do sigilo da legislação para abençoar a herança.” (SAY apud MARX, 2002, p. 80), que não foi doada pela camada abastada da sociedade, e sim pela forma e condição de espoliar, dos que menos tem. Como, essa prática de apropriação do produto do trabalho do outro se tornou em uma relação de naturalidade, até parece que a categoria trabalho se estacionou.

Massa confinada produtivamente e triturada, explorada na sua mão-de-obra e após, expelida pelo excesso de produção e pelo lucro fácil, após, lançada aos ares como matéria desprezível. Essa necessidade de superação deve se dar no ver como força produtiva, para a superação dessa condição adversa desenvolvida pelo

modo de produção capitalista, com uma intensidade jamais vista neste início de século XXI, que levara mais que uma necessidade imediata a ser superada de suas necessidades básicas à sua manutenção, que cominara com: “[...] o momento em que os desempregados perderão a paciência e encarregar-se-ão de decidir seu destino com suas próprias forças.” (ENGELS apud CANOÂS, 2002, p. 27).

Essa observação torna-se necessária, por entender que chega a ser de modo intrigante, mas, ao olhar, como movimenta a classe trabalhadora percebe certa acomodação pela forma e condição a eles impostas pelo o atual sistema, o que ela produz passou a ser uma inquietação gananciosa de uma minoria apropriando de uma maioria absoluta. “O espetáculo de uma vida livre, mas que anula a sua liberdade por lei, declarando assim como pura aparência e que, por outro lado, nega pelos atos a sua lei livre.” (BAUER apud MARX, 2002, p. 16). Só mesmo nessa condição, a produção pode fazer prisioneiro o seu produtor. Por isso que há necessidade de ampliar a camada dos miseráveis, para solidificar a submissão da camada dos ativos. Essa é a lei natural da busca à sobrevivência, que, a cada dia essa relação desenvolve, intensifica e aprofunda inversamente as necessidades humanas.

Como a acumulação de capital possibilita o capitalista apropriar da condição de aperfeiçoamento dos antigos modos de produção, como também adquirir novas máquinas à mesma assegura que a sua anciã por mais lucro a inquieta. Tornando-o também desprezível pelo capital porque agora ele passa a ser dominado pelo capital, na sua busca incessante por mais lucro, sem que perceba vive em função única e exclusiva do lucro e sua perpetuação, e sabe muito bem que a ausência da sua vigilância ininterrupta ou falta dela “servidão” ao lucro o perdera.

Mas, para transformar em lucro precisa ser comercializada, para isso utiliza-se da propaganda o seu veículo de sedução até sob os que a produziram, porque também são consumidores e precisa comprar mesmo sendo o fruto do seu trabalho não pago, pelo quanto o fez escravo, mas como comprar, os preços além de já estarem sobrevalorados, esta sem poder de compra por que, está excluído do mercado de trabalho, por ter produzido tanto, e, portanto esta exclusão foi produzida por ti mesmo, sem ter poder de comprar, resta assim à mendicância.

Esse estranhamento de si mesmo produz para si mesmo uma condição de desconforto, enquanto suas ações estão voltadas para superá-las, sua capacidade produtiva e reprodutiva está dividida. Como percebe-se, existe um antagonismo com a sua própria condição de servo, que o impede de ver como ser, e concomitantemente produzir o antídoto para recomposição de suas ações humanas produtiva, e poder extrair da natureza geradora de todos os recursos à sobrevivência humana. Esse estranhamento, portanto não é uma produção própria do sistema capitalista, mas é uma relação desenvolvida tanto pelo modo de produção capitalista como pela condição submissa assumida pelo trabalhador, por não se impor como tal, e assim “[...] da mesma maneira cria o domínio daquele que não produz sobre a produção e o respectivo produto.” (MARX, 2002, p. 119).

Esse olhar místico do trabalhador sobre a propriedade privada, já é a manifestação as suas práticas à sua óptica, mesmo estando às margens de aproveitamento pela mesma. Como pode o fruto do trabalho no não pago ser o seu senhor de sua exclusão! Para Marx (2002, p. 121), esta contemplação se manifesta por que: Certamente, ao falar de propriedade privada, há quem imagine estar ocupando-se de algo exterior ao homem. Mas, ao falar de trabalho, deparamo-nos imediatamente com o próprio homem. Só, mesmo na condição de plena alienação, esta ação é possível. Isto é, o mesmo que, após uma jornada de trabalho sobre o sol ardente, mas que o sol ainda não se pôs; buscar o seu abrigo na sua própria sombra. Essa manifestação e por não perceber que a sua dedicação à produção fosse desenvolvida para si, assim, não manifestaria como um martírio, por produzir tanto e quase nada ter a não ser a necessidade de produzir cada vez mais. As manifestações em seu olhar se voltariam para a obra a construir com o fruto do seu trabalho que, é a edificação do seu abrigo, a libertação da sua condição de servo à emancipação, nos moldes da sociedade socialista, em que o produto da produção de todos e para todos.

As habilidades dos homens foram apreendidas de tal forma que o escraviza, ao criar as ferramentas necessárias e, o aperfeiçoar as suas necessidades de acordo com a evolução dos tempos incorporando-a as descobertas científicas para produzir, com mais quantidade e qualidade, tornaram-nas refém, mas, que não

aperfeiçoou a sua própria maneira de aprisionamento, foi tomado como propriedade pelo capital.

Os desempregados se encarregaram de colocar já não mais ao lado da ferramenta de trabalho dada que é ele mesmo (MARX, 2002); não pelas suas falta de habilidade para o trabalho, mas por não estar apto pela forma e condições imposta pelo sistema de produção capitalista que, além de criar as condições que as condiciona como inaptos para o mercado de trabalho, ignorando até mesmo os princípios constitucionais em suas práticas, que operam obscuramente a legislação, ainda os marginaliza colocando-as em uma condição sub-humana, pois está impossibilitada economicamente de adquirir os recursos mínimos e necessários à sua sobrevivência.

A concorrência determina quantos dias de trabalho simples estão contidos num dia de trabalho complicado; ou seja, a relação de trocas cujo produto é trocado pelo outro, nem sempre é feito nas mesmas proporções, mas sim pelo quanto a mercadoria produzida por uma mão-de-obra simples, precisa para aquisição da mercadoria. Em sua produção, exige uma mão-de-obra complicada e que, muitas vezes, está ali embutida à utilidade pela procura, uma regra definida e explícita pela concorrência nos moldes capitalista.

O Estado não é a causa e sim o efeito do modo de produção capitalista, por ter a função de normalizador e regulador social, já mais poderia ser responsabilizado pela forma de apropriação capitalista, mas por normatizar suas práticas onde suas ações não se processam para o desenvolvimento igualitário de uma nação, colocando-se às margens de suas funções, mas com um olhar de arrecadador, até que seus corpos administrativos, pouco a pouco, vão tomando as cores do capital até que as reproduz. Isso se manifesta nas múltiplas formas de arrecadações; como também de assistência, formação e de disponibilização tanto dos recursos naturais como a normatização dos recursos humanos.

É na esfera do Estado que as relações de alienações e antagonismo das classes adquirem plena concretividade; se resolvem – A crise do Estado Burguês é a consequência necessária do agravamento das contradições de classe, contradições estas nas quais o proletariado e a burguesia são as duas classes substantivas. Na luta contra a burguesia o proletariado lutara

para conquistar e destruir o poder estatal; já que este se constitui no núcleo essencial das relações e estruturas de apropriação e dominação do regime (IANNI, 1988, p. 76).

Mesmo quando as práticas capitalistas trazem resultados positivos devem lembrar que seus resultados são sempre rápidos e que, operam de forma lenta no processamento de seus objetivos, porque suas buscas são focadas e determinadas, para que as mesmas apresentem como viáveis, mesmo que apresente como social. As mesmas estão nada mais e nada menos que emancipando as práticas capitalistas. Como a divisão do trabalho, que nada mais é que a, escravização do trabalhador, por ele mesmo; numa corrente produtiva em que cada um tem a sua função. Segundo essa mesma divisão, logo de início, é estipulada uma quantidade a ser produzida, ou seja, como primeiro da corrente produtiva, a quantidade a ser produzida, mas que, naturalmente, exerce-o à sua pressão. Assim, sucessivamente, um impulsiona o outro, tornando ao mesmo tempo locomotiva e maquinista. Sem que percebam, o desempenho de um depende do outro e, quando este elo é quebrado, substitui-o como inutilizável, como que a quantidade é quem dita às regras, o homem não é nada. Ao precarizar a mão-de-obra, chega o homem à sua degradação, mediante as condições a ele impostas, cai a sua altoestima, submisso já não mais ao sistema, mas a si mesmo, está limitado nas suas condições de prestador de serviços.

A divisão do trabalho de início desenvolve o seu papel de fragmentação da mão-de-obra, com os métodos utilizados pela reestruturação produtiva de quantidade, qualidade com menor custo e menor espaço possível para produzir. No fim do século XX, utiliza-se também da terceirização que expressar o seu valor capitalista, vestido de pequenos empreendedor, (pequenos burguês) vê que também pode associar-se, mesmo que em migalhas caberá uma fatia do bolo; até então podemos dizer que o fordismo e toiotismo foram a fase inicial da fermentação de massa, aqui já tratada, não como a verdadeira massa a ser fermentada, mas perspectivamente, elevada ao seu maior grau descendente a de sucateamento, este sim, a massa trabalhadora que, depois de triturada na sua dignidade, ainda resta algo que possa ser útil. Primeiro: dando-se um título de os recicladores, para não se dizer, eles ainda respiram, têm de resto a autoestima a ser coroada. Vamos multiplicar seitas e novas tendências religiosas em cada esquina, para que

retribuídos favores; mas que no final, uma contribuição, por ser uma instituição de generosidade, como o que recebe é o seu justo salário. Já os que restaram na vida ativa como servo, vamos oferecer-lhes o excedente do fruto do quanto produziu e não recebeu como uma recompensa à participação nos lucros e resultados, a segunda; que é um pouquinho mais rigorosa, caso esta massa trabalhadora consiga atingir resultados e índices pré-estabelecidos que a alta produtividade consiga extrair, uma pequena parte desse excedente, migalhamente será repassada a quem de direito.

Esse repasse não é pela vontade do capitalista, foi uma conquista do trabalhador, e que é assegurada pela carta magna, apesar de percorrer um tempo para sua efetivação, como benefício ao trabalhador, como também não expressa de forma sociável, para os que restaram na vida ativa como servo, vamos oferecer – lhes o excedente do fruto do quanto produziu e não recebeu, como uma recompensa. É interessante que esse pagamento refere-se ao ano anterior, mas que foi acumulado dia após dia, que a economia moderna sabe bem o quanto de mais-valia absoluta (MARX, 1960), foi produzida no final do dia, mas como esta economia não está nem um pouco preocupada com a sociabilidade, pode muito bem o trabalhador esperar, não só o fechamento contábil do final do ano, como ainda a data e condições preestabelecidas para quem de direito a receber. Como se percebe tem pré-condições do sobretrabalho, mesmo assim não está assegurada quem de direito produziu, pois, não basta ser só alto produtiva deve ser alto disciplinado.

O capital cria e recria as necessidades de alta reprodução via destruição do que com seu próprio recurso sobre a prestação da mais-valia produziu. Sobre a lógica da necessidade de inovação dos monstruosos e volumosos bens de consumo de hoje disponível no mercado, onde seus formatos já o fazem parte do passado. Isso porque além do seu tamanho que está em desconformidade com a época em que vivemos, devemos levar em conta o seu tempo de uso. Lógico que a tecnologia veio para modernizar e agilizar tanto no manuseio como a locomoção dessas “engenhocas que os meios de produção capitalista desenvolveram”. Seria benéfico e bem-vindo se essas distintas inovações fossem também para desonerar os custos para que uma maior parcela da sociedade fosse

partidária desses benefícios e principalmente para melhorar as condições daquele que produz: tais com menor extração da mais-valia e na melhoria das condições e relações do trabalho, e que seus princípios se fundassem na eliminação das condições antagônicas de trabalho e capital, e também para a sustentabilidade dos recursos naturais. Esse é o ponto fundamental, porque é sobre o estranhamento, que seus objetivos processam, sobre a necessidade de nem uma necessidade (MARX, 1960), e assim vieste comprar com o pouco que paguei pela locação da sua força de trabalho, em condições precárias, para adquirir outro, onde sua durabilidade está associada às necessidades de reprodução contínua do capital. Como a locação da sua força de trabalho está relacionado ao exercito dos ociosos assim e no mais, como também há um mercadoria em que a rotatividade expressa na necessidade de modernizar via destrutiva.

Para o trabalhador não correr o risco de pensar que está buscando a sua libertação econômica ao locar a sua força de trabalho, mas que, na realidade, está construindo o seu próprio aprisionamento, ou seja, uma ação capitalista seus fins operam dentro dos moldes capitalistas porque seus fundamentos expressam-se para o lucro e não para o social. Podem até dizer que é uma ação social e que, às vezes, até o seja, mas desenvolve dentro do modo de produção capitalista, que impera a acumulação, porque esse processo desenvolve dentro de um cunho ideológico fortíssimo, mas que manifesta na ordem inversa a ação redistributiva. Enquanto a ação do trabalhador se contrapõe às práticas capitalistas de hoje, as ações dos capitalistas estão sendo desenvolvidas já, para ao dia seguinte, porque, além do capitalista dispor de maior recurso, em relação ao trabalhador, ainda tem a seu dispor aduladores sobrando, aptos e cedentes a servir. Inicialmente o trabalhador tem como entrave o próprio trabalhador no seu local de trabalho, mas que vem a somar a outros trabalhadores alijados de outras categorias, pelas mesmas práticas desenvolvidas.

O vendedor da força de trabalho o faz como mais uma ou duas que já locou e vai locar, mas o comprador dessa força produtiva tem uma única e exclusiva preocupação; se essa nova locação manterá a fluência da que ele vai substituir e, com maior lucratividade, pois, sobre a mesma já está acrescida o custo da ansiedade pelo sobre trabalho (MARX, 1969, p. 212). Comprando-a com menor

custo. Este é um dos cuidados que a classe que vive da locação da sua força de trabalho deve ter, para não ser aprisionado pelas várias armadilhas desenvolvidas pelo sistema capitalista de produção.

Meado do Sec. XIX inicia um pensamento que revolucionaria as teorias sócias e de econômica política, que são elementos interpretativos nos dias atuais das formas e condições escravas imposta ao proletário, e que atualmente esta chegando a um estagio degenerativa da mão-de-obra produtiva, os principais atores desta revolução interpretativa, é, nada mais, que, os mais influentes pensadores socialistas já existentes Marx e Engels, chegamos ao ponto como eles já previam da negação humana em si mesma pelas condições e forma imposta a exploração do trabalho assalariado que o sistema de produção e relação capital e trabalho esta desenvolvendo. Já é, e, será um dos mais devastadores desenvolvidos pelo homem, onde o direito e as leis se ajustam aos interesses das classes dominantes, com os implentadores de sonhos com uma brutal ideologia a serviço do capital.

Em pleno início do século XXI, ainda se houve o comentário sobre prática de trabalho por produção de que, quanto mais o empregado produzir mais ele ganha. Essa relação desfavorável, entre o trabalho e o capital, ainda se manifesta no seio da classe trabalhadora, sem que percebam que ela desenvolve em uma ordem inversa às suas necessidades reprodutivas, quanto mais o trabalhador produz, há na forma de contrato por salário e produção, no final do mês o seu ganho realmente vem a maior, mais o ganho do proprietário é também maior. Essa relação na ordem inversa, além de se manifestar no dia-a-dia o resultado dessa prática, no futuro é ainda mais prejudicial ao trabalhador, porque, além ser roubado, no quanto ele produz (MARX, 2002), essa ação causa danos na saúde do trabalhador, porque, encurta o seu tempo de vida produtiva. Mas porque o proprietário preocuparia com a saúde do trabalhador? Segundo os fundamentos desenvolvidos pela economia política: Ela, “[...] não se ocupa dele no seu tempo livre como um homem, mas deixa este aspecto para o direito penal, os médicos a religião, as estatísticas a política e o funcionário do manicômio.” (MARX, 2002, p. 72). Mas dependendo do tipo de trabalho desenvolvido estas manifestações degenerativas podem ser em um curto espaço de tempo fatal, além das reconhecida pelas normas regulamentadora a chamadas (NR), e tantas outras

que as normas de relações de trabalho não normatizaram, ou ainda, não conhece. É só, fazer uma análise de muitos laudos médicos principalmente, após a morte de um ou de vários trabalhadores, que existe uma relação das mortes dos trabalhadores com o tipo de trabalho e condições por eles desenvolvidas quando dá sua vida como servo.

As Empresas têm sempre o apoio do Estado, tanto do ponto de vista financeiro como institucional, financiando o equilíbrio das Empresas, além da mão-de-obra produtiva que no esforço de do dia-a-dia deixam ali a sua contribuição, com ou sem o amparo do Estado note-se, que, como normalizador e regulador social, a ausência do Estado ou sua falta na investigação das condições de precariedade que afrontam as relações e condições de trabalho, já desenvolvida por Meireles (1998, p. 314) “praticando inúmeras irregularidades trabalhistas” tais como, o não cumprimento das legislações trabalhistas, referentes à jornada de trabalho, com suas compensações no tocante aos horários de trabalho após a jornada normal especificadas por lei, que não são cumpridas, quando muito parciais, descritas pelos entrevistados sob as irregularidades, do não pagamento devido a chamadas horas extras, sobreaviso, adicionais. Quando muitos dos pagamentos são funcionados, com o consentimento do próprio trabalhador não por sua vontade, e sim pelas condições impostas a eles por conta dessa fiscalização que, proporciona uma maior rentabilidade às Empresas além do excedente natural deixado na extração da mais-valia, somam-se a essas, a necessidade de recuperar a Empresa.

Nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos. O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadoria: trabalhador “livre” que vem de sua força de trabalho - ou uma medida determinada do seu tempo de vida - e seu trabalho assume a determinação social do trabalho assalariado, como o caráter geral lamamoto (2001). Assim, os agentes principais dessa sociedade - o capitalista e o trabalhador assalariado - e aparece como personifica do capital e do trabalho, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais os produtos desta relação, no alto das quais afirma seu protagonismo. A forma específica do valor – a forma mercadoria e seu fetiche – entranhado tanto as relações de circulação um, quanto àquelas que têm lugar e entre os agentes de produção. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo

processo de mistificação e reificação, submetendo as relações entre os homens a relações entre coisas. Assim, a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção. A tendência a reduzir e preço de custo converte-se na alavanca mais poderosas para a intensificação da força produtiva do trabalho social e, que aparece como força produtiva do capital (IAMAMMOTO, 2001, p. 13).

Nesse cenário “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam - A globalização do capital globaliza também a questão social, [...] ao apreender as novas determinações históricas da questão social, complexificada nas suas formas de expressão, ao tempo em que aprofunda sua radicalidade, tornando-se transversal as mais variadas dimensões da vida das classes subalternas. Apreender essas novas mediações é condição mesmo de assegurar a fidelidade ao método de Marx- em sua radical historicidade, desafiando os pesquisadores a decifrar os processos sociais reais (IAMAMOTO, 2001, p. 21, grifo do autor).

Assim como para os aduladores, a globalização via muito bem obrigada, já aqueles que vivem da locação da sua força de trabalho a realidade é outra, da escassez de novas vagas no mercado de trabalho aos baixos salários, agravando ainda mais problemas já existentes como o emprego estrutural, a concentração de renda e a deficiência do sistema educacional.

A trajetória de degradação imposta pelo capitalismo à classe proletária e com que velocidade degenerativa levando-nos a concluir, que, danos causados pela forma e condições impostas pelo capital na sua formação produziram sequelas que agora ele não sabe como gerir suas mazelas, do mudo unificado do globalitarismo – totalitarismo (SANTOS, 2000).

Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao status desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos sujeitos produtivos é destruídos por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista (MÉSZÁROS, 2002, p. 611, grifo do autor).

Uma das contribuições de Engels desenvolvidas no prefácio da obra de Marx intitulada de Miséria da Filosofia: em resposta à filosofia da miséria do Sr. Prodhon (MARX, 2001). Ao comentar sobre os pilares de sustentação dos quais os burgueses do século XVIII e XIX, queria construir o seu edifício social, que era:

sobre as ruínas das injustiças, da desigualdade e dos privilégios feudais. E que, Marx (2001) demonstrou os fundamentos reais sobre os quais edificou todo o a ideologia jurídica, política e filosófica da burguesia moderna. Demonstrando que desde o século XVIII e XIX, as ideias da minoria e da burguesia sobrepunham à da maioria absoluta, os proletários. Por não ter construído os pilares de sua sustentação, só fez os buracos, que foram usados pelos capitalistas na armazenagem dos descartáveis do seu modo de produção e aqueles que eles descartaram. As ações do proletário desenvolvem em uma ordem inversa às suas necessidades como categoria hegemônica, da dispersão ao individualismo. Este último, como já sendo uma produção daqueles que pelas janelas de vidro do edifício que os abrigam agora poder conduzir os seus servidores, os proletários, esta classe numerosa que vive da locação da sua força de trabalho e que tem como opção a locação da sua mão de obra produtiva a uma centena de compradores que se resumem em um só, aqueles que as compra com baixo custo, e quanto maior for a sua capacidade de adquirir menor é o valor que eles disponibilizam na apropriação do produto que, por força do número crescente da oferta de mão-de-obra disponível no mercado de trabalho e, por conta disso, possa assim desenvolver a concorrência sobre aqueles que querem sair do poço da obra em construção por eles mesmos abandonados. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora é ou exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta Geral da acumulação capitalista (MARX, 1960).

Nesse contexto, percebemos a verdadeira contribuição da política da sociedade atual, que é a universal sociedade capitalista. Agora, quando mescla as relações da política e da religião, esta tem, no seu desenvolvimento uma relação que podemos classificar como perigosa. Quando a política tem na religião o seu agente de emancipação, por não conseguir os seus objetivos, suas ações desenvolvem dentro de um percurso com conteúdos ambíguos; dessa mesma forma, é também a religião tendo a política como seu agente de emancipação. Isto ocorre, não pelo fato de serem dependentes uma da outra, mas, pela forma desenvolvida tanto pelos religiosos como pelos políticos. Podem as mesmas terem objetivos comuns, mas na prática, não são desenvolvidos, porque seus princípios meios e fins são outros, quando os mesmos objetivos se entrelaçam, não são os seus princípios meios e fins que entrelaçaram, mas, as formas e relações de se

fazer política e de exercitar a religião é que se fundiram nos princípios dos homens e não na centralidade de seus fundamentos. A busca tanto da religião como da política manifesta na busca do real, que se manifesta, queira ou não no real natureza, o sol brilhará para todos independente de nossa vontade.

Essa relação desenvolve no sentido de que os homens possam interagir com natureza como parte dela e assim usufruir de sua generosidade, não como fonte geradora da sua sobrevivência, mas, como parte da sua existência enquanto estiver de pé, porque, quando não estiver de pé, em natureza será transformado, podemos assim dizer, que somos uma natureza em movimento ou andante. Percebe-se que, quando nossas ações assim não se manifestar, além de criar diversas dificuldades para nossa interação, que, se assim os permanecer vamos ser acomodados ao solo com elas, e assim, sem usufruir totalmente da sua generosidade.

Existe muita diferença entre defender que o Estado perfeito, em virtude de uma deficiência na natureza geral do Estado, considera a religião como um dos seus pressupostos, ou que o Estado imperfeito, em virtude de uma deficiência natureza geral do Estado, considera a religião como um dos seus pressupostos, ou que o Estado imperfeito, devido a uma deficiência na sua existência particular como Estado imperfeito, declara a religião como sua base. No último caso, a religião torna-se política imperfeita. No primeiro, a própria imperfeição da política aperfeiçoada revela-se na religião (MARX, 2002, p. 25).

O Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja livre, Marx (2002) como ele é composto por um percentual representativo, expressa a vontade da maioria que o elegeu, logo suas ações são, segundo os imperativos, a base que o sustenta; assim, suas ações passam pela produção ideologia da base governamental que a constitui; na prática, não desenvolve como sendo para todos. O homem só poderá libertar das ações e determinações do Estado se toda sociedade libertar-se dele, não havendo, portanto o poder como também as ações e determinações. Sendo assim, todos serão livres. A sociedade não precisa de um Estado que o determina, e sim de um Estado em que a sociedade possa viver de forma socializada. Percebe-se que essa relação remete ao sistema socialista, ou seja, um território de todos e para todos, que não tenha a exploração da produção do trabalho de um pelo outro, mas que de forma partilhada.

Principalmente no Brasil em que o Estado é livre, mas, das suas obrigações redistributiva como nação, veja como essa prática foi descrita por Marx (2002, p. 35) “[...] a consciência, a vontade e a atividade da unidade do Estado, o poder político geral, revelam-se também necessariamente como um assunto privado de um governante e seus servidores, separados do povo.” Como que as ações do Estado não fossem para o povo que representa; que se confirma pelos dados estatísticos da miserabilidade, que já ultrapassou aos milhares chegando às dezenas de milhões de pessoas na linha de pobreza como abaixo da linha de pobreza, logicamente que essa não deve ser uma representação de Estado.

Como o Estado representa a vontade da maioria expressa nas urnas, quando das eleições gerais; representa assim a vontade da maioria da Nação. Ocorre que a vontade dessa maioria, nem sempre expressa as suas reais necessidades, porque votam sobre a influência do discurso dos candidatos, que traz consigo “[...] os conteúdos de forma já manipulada ideologicamente.” (SANTOS, 2000, p. 39). Para ludibriar os seus representados, não, mas, esta representatividade hoje e principalmente no Brasil, já não expressa com uma, representação, mas, sobre os numerosos vencimentos, que além de expressarem um distanciamento sobre a nação, há muito tempo, se manifestam como uma profissão rentável. Bom! A que ressaltar que uma parcela do eleitorado brasileiro e partidário desta forma de fazer política, por ser beneficiário da politicagem, e comum ouvir que, vota no candidato que disputa uma cadeira seja no âmbito, municipal, estadual ou federal, por ele já ter o ajudado muito, como que a representatividade do candidato para o cargo que disputa manifestasse para o individual. São aquelas mesmas práticas do voto de cabresto, arraigadas na nossa cultura que é secular bem! Está bem ligada à chegada de um dos primeiros povos estrangeiros a habitar no Brasil, em síntese; em nossa herança cultural maldita.

O Estado com o óculo do capital e o representante sobre os numerosos vencimentos, precisa partilhar com o Estado de sua prática de arrecadador, determinador e autorregular, mesmo que esta determinação não seja desenvolvida com o mesmo empenho para os que representam como e também não o fazendo de forma redistributiva esta arrecadação nas políticas sociais, tem sim; o Estado a sua

forma redistributiva, mas, para suprir as necessidades do seu volumoso corpo administrativo, em que se torna até mesmo oneroso a sua manutenção.

E justamente essa contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que leva o interesse coletivo a tomar, na qualidade de Estado, uma forma independente, separado dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e a fazer ao mesmo tempo às vezes de comunidade ilusória. (MARX; ENGELS, 2001, p. 29).

Veja bem como estas relações fisiológicas produzem os efeitos necessários aos políticos, sobre os quais eles dizem representar: o candidato que está no partido de legenda azul propaga as transformações sociais que a sociedade precisa e, que o seu partido, o de legenda azul, os fará, porque o partido da legenda amarela, que está no poder não o faz; como que a legenda é que desenvolve as políticas sociais. No decorrer do pleito eleitoral, que manteve o poder administrativo com o partido da legenda amarela e que, o candidato da legenda azul foi eleito entre os que ocuparam uma das cadeiras. No curso do mandato e comum os acordos entre partidos independente das cores das legendas, mesmo aquelas em que as cores já estão contempladas com várias listas com as cores de outras legendas, que por sinal favorecem quando das coligações, expressando assim que a cor da legenda não os diferencia em nada a forma de fazer política, basta estar em curso o interesse das classes dominante; então como fica a representatividade propagada sobre as quais os eleitores o elegeram, fica! Com a mesma cor da legenda que detém o poder e como o faz, não sobre o discurso do candidato eleito da legenda azul, e sim, sobre o interesse da minoria, a classe dominante, a da burguesia.

Esse distanciamento está fora das relações de capital e trabalho, porque ele não se dá pela simples relações dos diferentes interesses, mas sim, porque ele é produzido como uma forma para gerar o desconforto e a precária condição de vida a quem vive da locação na sua força de trabalho, porque, evidencia-se na marginalização e nas condições adversas de enormes contingentes de trabalhadores, afetando uma grande parcela da população e as demais consequências para chegar à vulnerabilidade e, proporcionar a fácil captura desta força produtiva nos moldes da economia moderna e seus imperativos produtivos. O capital não sabe responder a pergunta clássica: o que fazer com os desempregados.

(CANÔAS, 2002, p. 27). A não ser criar e recriar as condições de zupar a sua força de trabalho, mesmo estando as mesmas vivendo em plenas condições subumanas.

É evidente que o sistema de produção capitalista produz as inovações, conforto, bem estar; isso é para minoria, por que, para a maioria absoluta produz a sua exploração em uma escala de aprofundamento à ordem inversa aos benefício à suas necessidades. Percebe que, essa cadeia de exploração ela tem em seu desenvolvimento uma relação interessante em que, uma minoria introduz as praticas de exploração destrutiva dos recursos naturais utilizando do próprio homem. Com o passar do tempo às consequências recaem inicialmente sobre o próprio homem, mas, não sobre os que têm muito e, sim, sobre os que quase nada tem, e que as praticou.

As outras espécies, como os animais não sei como vivem, mas, também são parte da natureza e que também serão acomodadas como os humanos; a questão é que os humanos, como podemos bem ver, estão devastando a natureza e a sua própria natureza como humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que de sindicato globalização reestruturação produtiva e terceirização? É por que é uma ação conjunta, sendo a globalização uma idealização que por sua vez arquiteta a reestruturação produtiva e a terceirização que é a parte prática a que executa, não dá para falar de mundo de trabalho sem pensar em um projeto definido pelo sistema capitalista de produção destrutiva e dos sindicatos como a instituição constituída legalmente como representante dos trabalhadores. A manifestação dos sujeitos da pesquisa por meio dos questionários expressa a conscientização deles, de que, a globalização da economia globaliza também as condições e relações de trabalho precarizados.

Não se trata de um proletariado intelectualizado, mas que, se possível, sim; mas que não pode exigir uma compreensão do modo de agir de uma massa maior daquela que ela possa suportar; ou seja, chamar para fazer uma intervenção sem que a mesma esteja conscientemente preparada. A necessidade de leituras de obras como as de: Marx, Engels, Luxemburgo e Lênin contribuirão em muito, porque eles não só participaram ativamente como produziram uma bibliografia que serve de instrumento na orientação dos proletários, tendo como objetivo o conhecimento da sua real condição de explorado como a orientação para sua tomada de consciência à sua libertação do modo de exploração cada vez mais crescente, como se expressa na grande massa de desempregados, a tomada do poder da classe dominante a, “burguesia”.

A base da sociedade que é a família foi tomada na sua formação, foi sobre essa célula da sociedade de classe que se implantaram as transformações, invadindo os lares, eliminando os fins de semana para o convívio familiar e social, romperam com horário, dias, espaço e condições de trabalho para o capital de forma interventiva por manifestar sobre a privacidade das pessoas que as constituem. É evidente que essa apreensão não foi de forma socializada, e sim, sobre um vasto processo propagado com um discurso ideológico fortíssimo da necessidade de produzir e da necessidade de consumir proporcionada pela indústria atual; mas, essa necessidade está relacionada à única e, exclusivamente, à acumulação; portanto, não mediram esforços para manutenção da invasão da privacidade das

peças independentemente de trazerem resultados e benefícios os à sociedade; o que importa e ser lucrativo e estar contribuído para extensão dos espaços produtivo.

Com o desenvolvimento da política voltada para o enxugamento da máquina pública, como da desburocratização à redução do número de servidores públicos, buscando construir um Estado mínimo segundo a ótica neoliberal que resultou em um Estado, cuja demanda de seu quadro empregatício foi reduzido de tal forma a produzir a necessidade de repassar parte de suas funções à iniciativa privada. Sobre o discurso de que o Estado não tem mais a condição de dar respostas às necessidades básicas da nação, pela elasticidade da população e suas complexidades, que a sua própria burocracia o impossibilitou de acompanhar existente no Brasil de hoje, o âmbito da saúde, da segurança, da educação e dos transportes. Portanto, deviam-se repassar funções anteriormente exercidas pelo Estado a órgãos da iniciativa privada e civil sem fins lucrativos, aos “filantropos” que veste de antes burgueses, mas, suas ações manifestam dentro das mesmas práticas. Em contrapartida, a forma de arrecadação do Estado não foi reduzida as suas atuais responsabilidades. Essa transferência, na realidade, foi para atender às exigências do neoliberalismo como espaço necessário às condições de expansão de produção à acumulação para capital.

O interesse do capitalista é sempre diferente da sociedade, sua busca é para criar o lucro e revela-se frequentemente antagônica à vontade da sociedade, e que também para conseguir os resultados não medirá esforços para praticar, pouco importa, desde que, atenda aos seus fins, a acumulação, e revela sobre a necessidade de consumir. Portanto, não vão mandar matar enforcados os vagabundos como o fizera no século XV o Rei Henrique VIII, que mandou matar enforcados 72.000 vagabundos. Vão soma-los aos andarilhos e aos miseráveis disponibilizados pela indústria, porque eles também são consumidores dos produtos que são produzidos pela indústria a todo vapor. Até desenvolveram um formato para embalar a aguardente (cachaça) “popularmente, pinga”, em que o formato atendesse ao poder econômico e ao manuseio para essa população crescente. Mesmo não atendendo às suas necessidades nutritivas de sobrevivência, contribuindo para o aprofundamento da sua já condição precária, causada pela

composição e pelas condições como eles consomem o produto, causa vários danos a sua saúde.

Com o desenvolvimento das práticas produtivas e destrutiva do capital, da nova configuração a esse respeito, por atender aos imperativos do grande capital, se não houver a distribuição ampliada da produção, possibilitando a aquisição a camadas anteriormente não considerada como consumidores, não há como produzir. Essa necessidade acentuou, com o passar dos tempos, com a produção em massa proporcionada inicialmente pela divisão do trabalho e intensificada com o desenvolvimento e a utilização do maquinário. Essa potencialidade produtiva inquietou os avaros. Como não pode ser desenvolvida produzindo produtos que atendessem a um pequeno número de compradores, atendendo uma minoria que são os ricos. Pode-se dizer que esta expansão possibilitou a outras camadas da sociedade a ter acesso à aquisição de produtos que outrora estava longe de suas condições econômicas, possibilitando assim, uma melhor condição de vida, pode-se dizer que sim. Só que, ao mesmo tempo, aumentaram-se as condições e forma de apropriação da força de trabalho.

Esse processo se dá pela normalização do Estado, passando pelo seu braço conversível e aperfeiçoado pela centena de seus agentes em que não busca a compreensão das condições de antagonismos, como também não estão em pauta, porque ao Estado o seu olhar é tributário, que soma a adesão do proletário por meio do individualismo que manifesta na busca da sobrevivência. Sobrevivência esta, processada pelo sistema capitalista como o combustível essencial, a sua contínua acumulação. Podendo ele assim utilizar dessa ansiedade para poder intensificar o modo de produzir com quantidade e qualidade e menor custo, e que tem ainda como comprador o próprio trabalhador que, na produção deixou ali um terço da sua força de trabalho não pago, mas, isso não é uma regra geral, nem sempre ele consegue comprar, o mesmo já está sobrefaturando; precisa expressar mais violência do que esta relação.

Uma das estratégias utilizadas pelas empresas para atrair a participação do trabalhador e, a, da participação nos lucros; como pode ter participação em lucro se este é constituído pela maior parte do trabalho produzido e

não pago? Seria então o resultado estipulado sobre uma maior produção para o lucro e sobre esta um percentual a ser dividido entre os trabalhadores que ainda tem pré-condições estabelecidas, no sentido de assegurar essa alta produtividade, como a avareza o emancipa como avarento capitalista.

Sobre a benevolência do Estado as agências de restauração vêm surgindo e se solidificando, na recuperação de empresas semifalidas e falidas, Inicialmente se apresentam em duas etapas: primeira, desenvolve uma espécie de podadores, fazendo o corte das gorduras. Em segundo plano, eles desenvolvem a função política de reorganizá-la ao amparo do Estado. Aquelas empresas, mesmo segundo a benevolência das legislações brasileira, que foram beneficiadas com suas concordatas dentro do princípio nefasto que rege o funcionamento de mercado no Brasil, por que, parcela o que o trabalhador tem a receber. Vale ressaltar que a mesma está percorrendo um curso igualitário, tanto ao trabalhador com para o proprietário, só, com benefícios diferentes: o trabalhador o não pagamento da locação da sua força de trabalho no dia fixado por lei. Já, o proprietário é beneficiado com o não pagamento no prazo fixado, causando perda a quem de direto, o trabalhador que produziu e não recebeu.

O capital em si segue as normas dita pelos homens, ele em si é um elemento desprezível do movimento racional e não intelectual, o homem sim é quem está se submetendo a sua reprodução, sem que perceba está curvando mediante a matéria, esta sim foi criada para sua exploração. É nesse sentido que o homem esta escravizados por ele mesmo. A tecnologia é um avanço e que deveria ser para conforto e bem-estar social, o que está ocorrendo é o inverso, estão sendo apreendidos pelos avanços e os recursos tecnológicos, podemos até então dizer, que se trata de um saber alienado, quando é que este conhecimento servira para libertação do homem.

Essa dissertação teve como principio desenvolver uma pesquisa, em que seu conteúdo contribuísse para atender as necessidades do trabalhador e a compreensão como força produtiva à sua libertação do jugo do capital. Isso por que; se, no curso do desenvolvimento da pesquisa às preocupações se voltasse para as necessidades do proletário, o estudo, percorreria o mesmo percurso do trabalhador,

que é sobre as consequências e não sobre a causa. Assim no desenvolvimento da dissertação, foram apontadas praticas da relação de trabalho e capital, em que o seu desenvolvimento e para o aprofundamento das condições de antagonismo e que, é, sobre essa relação que se da, a continua e mássica produção e acumulação sobre os que o servem. Assim, foi percorrido o caminho inverso a essa produção nefasta do sistema atual a do capital, para não correr o risco de descer ao nível da miserabilíssima mercadoria.

Entendo que as mudanças introduzidas pelo avanço tecnológico são necessárias e que elas devem atender às necessidades de qualidade e produtividade dos meios de produção; devem estas também atender às necessidades sociais e humanas de conforto comodidade e bem-estar à mão-de-obra produtiva, caso contrário ficará a classe proletária à mercê da servidão.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo. Mestre Jou, 1982.

ACORDO coletivo 90. [Campinas, SP]: CPFL, 1990.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

_____. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O que é sindicalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros passos, 3).

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 15 dez. 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia).

BRESCIANI, Luis Paulo. O trabalho nos olhos do furação: trajetórias e turbulências no Brasil. In: CARVALHO NETO, Antônio Moreira de; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (Org.). **Sindicato e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: Editora da PUC, 1998.

CANÔAS, José Walter. (Org.). **A reestruturação produtiva em Franca: os sindicatos em movimento**. Franca: Editora da UNESP/FHDSS, 2002.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CORDEIRO, Celeste. Debate. In: SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS, 1., 1992. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 1992. p. 125-126.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ. **Energia e desenvolvimento: 70 anos da Companhia Paulista de Força e Luz**. Campinas, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. Debate. In: SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS, 1., 1992. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 1993. p. 113-176.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3 p. 8-32, 2001.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3 p. 8-32, 2001.

IANNI, Otávio. **Violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução e introdução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade**: Tradução de Maria João Delgado. Coimbra: Centelha, 1974. v. 1.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partidos e sindicatos**. Tradução de José Reis. Revisão de João Bosco Medeiros e José Carlos Ferreira. São Paulo: Kairós, 1979.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: o processo de circulação do capital. 10. ed Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. L. 2.

_____. **Manuscritos econômico e filosófico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Prodhon. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O capital**: São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas v. 3).

_____. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. t. 1.

_____. **O capital, a acumulação primitiva do capita**. Tradução de Alberto Saraiva. 2. ed. Porto: Escorpião, 1974. (Cadernos o homem e a sociedade, 12).

_____. **O capital**: Obras escolhidas. 10 ed. v. 1. Vitória, Rio de Janeiro: 1961.

_____. **O capital**. 4. ed. São Paulo: Brasil, 1960. (Biblioteca de Autores Célebres).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. São Paulo: Global, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEIRELES FILHO, José. Reestruturação produtiva. In: CARVALHO NETO, Antônio Moreira de; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (Org.). **Sindicato e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: Editora da PUC, 1998.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o tempo do fardo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista: para além do capital**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ensaio, 1996.

MIRANDA, Walton. Debate. In: SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS, 1., 1992. Fortaleza. **Anais....** Fortaleza, 1992. p. 125-126.

RAMALHO, José Ricardo. Precarizações do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC : ANPUR, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade** 18. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**: Dominus : Ed. USP, 1986.

SINGER, Paul Israel. **Formação da classe operária: o que é classe operária?** 2. ed. São Paulo: Atual : Ed. UNICAMP, 1985.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROSKI, Leon. **Escritos sobre sindicatos**. Tradução de Vera Corrêa de Sampaio. São Paulo: Kairos, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

_____. **Classe operária e a abertura**. São Paulo: CERIFA. 1983.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Questionário 1

Nome:

Sexo: masculino () feminino () Idade

Profissão: _____ filiado ao sindicato de Campinas () outro ()

O que você entende por sindicato?

O que você acha da atuação do sindicato? Boa () regular () Ruim ()

O que você acha de ter mais de um sindicato na base de trabalho para se filiar a um? Bom () Regular () Ruim () Se possível comente:

O que você poderia propor como modificação na política do sindicato?

Você sabe o que é globalização? Sim () não () Se possível comente:

Você sabe o que é reestruturação produtiva? Sim () não () Se possível comente:

O que você acha da terceirização? Se possível comente:

O que você acha do PDV e PDI? Bom () ruim () e por que a empresa abre um programa deste? -----

Para você a atuação do sindicato dos anos 2007 é igual a dos anos 90, sim () não () explique:

Gostaria de deixar alguma mensagem aos trabalhadores?

Quanto tempo foi sindicalizado? de-----a-----

APÊNDICE B - Questionário 2

Nome:

Sexo: masculino () feminino () Idade

Profissão: _____ filiado ao sindicato de Campinas () tempo-----
 outro () tempo -----

O que você entende por sindicato?

-----O que
 você acha da atuação do sindicato? Boa () regular () Ruim ()

O que você acha de ter mais de um sindicato na base de trabalho para se filiar a
 um? Bom () Regular() Ruim () Se possível comente:

-----O
 que você poderia propor como modificação na política do sindicato?

-----Você
 sabe o que e globalização? Sim () não () e Bom () Ruim () Se possível comente:

Você sabe o que e reestruturação produtiva? Sim () não () Se possível comente:

-----O que você
 acha da terceirização? Bom () Ruim () Se possível comente:

-----O que
 você acha do PDV e PDI? Bom () ruim () e por que a empresa abre um programa
 deste? -----

Você tem conhecimento do conteúdo dos parágrafos 3º e 4º da pagina 09 do acordo
 coletivo de 2000 a 2002? Sim () não (). Qual a sua opinião, se possível comente.

Para você a atuação do sindicato quando você desligou da empresa era igual
 quando você entrou na empresa, sim () não () explique:

 Gostaria de deixar alguma mensagem aos trabalhadores?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista

Recorte temporal de 1990 a 2007. Empresa CPFL.

Nome da entidade.

Filiado a qual central.

Qual a área de atuação em município.

Composição da chapa.

Quando foi fundado.

Por quem, nome.

Quantas classes representam.

Qual o numero de empregado da empresa atual. E antes da concessão.

O Senhor tem alguma informação sobre o processo de reestruturação e da terceirização, que o Senhor acha relevante e que possa contribuir para minha pesquisa.

Á alguma ação conjunta das entidades representativa em defesa da categoria.

Gostaria de fazer algum comentário sobre a categoria.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE CAMPINAS SP – EM FACE DA RESSTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A TERCEIRIZAÇÃO.**

O projeto de pesquisa será conduzido por Benedito Romualdo de Miranda, do Programa de Pós graduação em serviço Social, orientado pelo Prof Dr. José Walter Canôas, pertencente ao quadro *docente da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP - Franca.* Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação da Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **Pesquisar as principais mudanças produzidas pela reestruturação produtiva – terceirização que combina o processo de enxugamento da força de trabalho, com mutações no processo produtivo.**

Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

Assinatura do participante

Pesquisador Responsável

Nome: Benedito Romualdo de Miranda

Endereço: Naif abão, 3055

Tel: 016 3702 3955.

E-mail: sinhomira@yahoo.com.br

Orientador

Prof. Dr. José Walter Canôas

Endereço: Av. Eufrazia Monteiro Petrágliã, 900.

Tel: 016 3706 8700.

E-mail: canoas@franca.unesp.br

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **SINDLUZ RIBEIRÃO PRETO, SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS – EM FACE DA RESSTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A TERCEIRIZAÇÃO.**

O projeto de pesquisa será conduzido por Benedito Romualdo de Miranda, do Programa de Pós graduação em serviço Social, orientado pelo Prof Dr. José Walter Canôas, pertencente ao quadro *docente* da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Faculdade de **História, Direito e Serviço Social. UNESP - Franca.** Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação da Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **Pesquisar as principais mudanças produzidas pela reestruturação produtiva – terceirização que combina o processo de enxugamento da força de trabalho, com mutações no processo produtivo.**

Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

Assinatura do participante

Pesquisador Responsável

Nome: Benedito Romualdo de Miranda

Endereço: Naif abão, 3055

Tel: 016 3702 3955.

E-mail: mirafurtuna@yahoo.com.br

Orientador

Prof. Dr. José Walter Canôas

Endereço: Av. Eufrazia Monteiro Petráglia, 900.

Tel: 016 3706 8700.

E-mail: canoas@franca.unesp.br